



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2015



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

POSIÇÃO: 30.06.2015

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Dr. Silas Munguba, 5.700
Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º Semestre de 2015

1 PALAVRA DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste reforçou, no primeiro semestre de 2015, o compromisso com o desenvolvimento sustentável. O Banco superou o cenário de grandes desafios, buscando as melhores práticas para o financiamento das atividades produtivas da Região, sem descuidar da ética como princípio organizacional.

No período, foram contratadas 2,5 milhões de operações de crédito, no valor de R\$ 11,4 bilhões, representando crescimento de 26,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total, quase R\$ 5 bilhões são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e destinaram-se à implantação, expansão e modernização de empreendimentos, em especial, no semiárido e na agricultura familiar.

A participação no segmento de micro e pequenas empresas (MPEs) atingiu R\$ 1,4 bilhão contratados, beneficiando 14.059 empreendimentos, com aumento de 16% em relação a igual período de 2014.

No Crediamigo, referência mundial em microcrédito produtivo e orientado, foram desembolsados, nos seis primeiros meses de 2015, R\$ 3,9 bilhões, equivalente a crescimento de 18,7%, em comparação ao mesmo período do exercício passado. A quantidade de empréstimos cresceu 8,8%, sendo realizadas dois milhões de operações. A capacidade operacional do programa atingiu média de 16,5 mil desembolsos por dia, significando crescimento de 8,7% em relação a igual período de 2014.

Por meio do Agroamigo, maior programa de microfinança rural da América Latina, o Banco financiou R\$ 910,7 milhões, que representam crescimento de 37,18% em relação aos valores contratados no mesmo período de 2014. Foram contratadas 222.181 operações, atingindo carteira ativa de R\$ 3 bilhões e mais de 1 milhão de clientes.

Destaque-se, ainda, o esforço do Banco ao regularizar 50.195 operações - 40.296 mil operações com a fonte FNE e 9.899 com outras fontes -, recuperando montante de R\$ 826,9 milhões a serem reinvestidos na economia regional.

Intensificou-se a parceria junto aos demais órgãos federais do Nordeste, realizados encontros e reuniões de trabalho com agendas propositivas para uma visão ampla, nivelada e integrada sobre o desenvolvimento. Fundamental para o melhor desempenho das ações de cada instituição e, por conseguinte, para o crescimento da Região.

Essas conquistas resultam do esforço de uma valorosa equipe, formada por 7.114 empregados, 404 Bolsistas de Nível Médio, 655 Bolsistas de Nível Superior e 269 Jovens Aprendizes.

Ao agradecermos a todos que constroem a trajetória desta instituição fundamental para o desenvolvimento regional, reafirmamos nosso compromisso de levar o Banco do Nordeste às pessoas, em cuja essência reside sua principal razão de ser.

Marcos Costa Holanda

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

2 DESTAQUES

Agroamigo ultrapassa R\$ 3 bilhões em carteira ativa: O programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste, Agroamigo, que comemora 10 anos de atuação, atingiu a marca de R\$ 3 bilhões em sua carteira ativa, financiando atividades produtivas de mais de 1 milhão de clientes ativos. Maior programa de microfinança rural da América Latina, o Agroamigo já contratou R\$ 6,9 bilhões, desde sua criação. No primeiro semestre de 2015, o Agroamigo contratou R\$ 910,7 milhões, distribuídos em mais de 222.181 operações de microcrédito rural.

Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa reconhece iniciativas exitosas na Região: Em junho, o Banco do Nordeste realizou as cerimônias de entrega da primeira edição do Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa. Foram entregues troféus em reconhecimento às micro e pequenas empresas nordestinas que se destacaram por meio de iniciativas inovadoras e melhoria da competitividade, nos setores Indústria, Comércio e Serviços.

Banco torna-se emissor do cartão BNDES: O Banco do Nordeste passou a ser agente financeiro emissor do Cartão BNDES, linha de crédito rotativa e pré-aprovada que se destina à aquisição de itens necessários às atividades de micro, pequenas e médias empresas.

Crediamigo liberou R\$ 3,9 bilhões no semestre: O Crediamigo desembolsou R\$ 3,9 bilhões no primeiro semestre de 2015, representando um crescimento de 18,7% em relação aos valores alcançados no mesmo período de 2014. A quantidade de empréstimos cresceu 8,8%, sendo realizadas dois milhões de operações no período. A capacidade operacional atingiu, nos seis primeiros meses de 2015, a média de 16,5 mil desembolsos por dia, significando um crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período de 2014.

3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ativos Totais

Ao término do primeiro semestre de 2015, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 6,2% em relação ao final de 2014. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 3,4 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 6,2 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2014 para junho de 2015 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários e no saldo de operações de crédito.

No primeiro semestre de 2015, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 6,4%, por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o primeiro semestre de 2015, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 3,5 bilhões, contra R\$ 3,3 bilhões ingressados no mesmo período de 2014. Comparadas as posições de 31/12/2014 e 30/06/2015, percebe-se um acréscimo de 3,5% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 22,9% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos, conforme Tabela 1 adiante.

Tabela 1 - Ativos Globais (R\$ Milhões)

Especificação	BNB		FNE	
	31.12.2014	30.06.2015	31.12.2014	30.06.2015
Disponibilidades, ⁽¹⁾ Aplicações Interfinanceiras e TVM	22.748,9	24.757,9	1.530,8	3.351,2
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	0,0	0,0	6.259,9	6.225,3
Relações Interfinanceiras	402,5	311,1	1.826,1	1.904,6
Operações de Crédito (Retificado por Provisões)	11.736,3	11.988,7	43.852,9	45.388,2
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	3.059,9	3.254,1	7,9	7,9
Outros Valores e Bens Permanente	27,7	32,2	1,3	1,1
	229,7	229,0	0,0	0,0
Total	38.205,0	40.573,0	53.478,9	56.878,3

⁽¹⁾ Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE.

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de ativos representada por Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30/06/2015, corresponde a R\$ 24,8 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (8,8%) em relação a 31/12/2014, quando totalizava R\$ 22,7 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento". Dessa forma, a Administração do Banco declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Disponibilidade do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE foi acrescido de R\$ 1,5 bilhões em dezembro de 2014 para R\$ 3,4 bilhões em junho de 2015, representando uma variação positiva de 118,9%. O crescimento verificado no saldo das disponibilidades é motivado, principalmente, pela elevação dos ingressos de recursos do Tesouro Nacional.

O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve decréscimo de 0,6%, saindo de R\$ 6,3 bilhões em dezembro de 2014 para R\$ 6,2 bilhões em junho de 2015.

Patrimônio Líquido e Resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 30/06/2015, um Patrimônio Líquido de R\$ 2.866,7 milhões (R\$ 3.367,8 milhões, em 31/12/2014). O Capital Social importava em R\$ 2,8 bilhões, representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no primeiro semestre de 2015, foi de 10,2% a.a..

O Lucro Líquido foi de R\$ 158,1 milhões, representando um resultado de R\$ 1,83 por ação, montante 51,5% inferior ao apresentado no mesmo período em 2014 (R\$ 326,0 milhões). Referido desempenho foi influenciado pela elevação das despesas com provisionamento de crédito.

No primeiro semestre de 2015, o Patrimônio Líquido do FNE cresceu 6,4%, atingindo o volume de R\$ 56,9 bilhões. Esse crescimento foi fortemente influenciado pela elevação dos ingressos do Tesouro Nacional que totalizaram no período R\$ 3.520 milhões.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Volume de Contratações

A contratação global do Banco do Nordeste no primeiro semestre de 2015 totalizou R\$ 11,4 bilhões, representando um crescimento de 26,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos quantitativos, atingiu o número de quase 2,5 milhões de operações de crédito.

Desse volume, R\$ 5,5 bilhões (48,4%) destinaram-se a financiamentos de longo prazo (que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, bem como infraestrutura, comércio e serviços), representando expansão de 29,8% em relação ao contratado no mesmo período de 2014, conforme Tabela 2 adiante.

Tabela 2 - Contratações Globais

Produto	2014.1		2015.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Longo Prazo	220.530	4.245,3	258.972	5.511,9	29,8%
Curto Prazo	2.007.811	4.766,9	2.211.946	5.888,0	23,5%
Total	2.228.341	9.012,2	2.470.918	11.399,9	26,5%

(*) Valores em R\$ milhões.

Quanto às operações de curto prazo, que abrangem Crédito Direto ao Consumidor (CDC), capital de giro, cartão de crédito, conta garantida, câmbio, desconto e o programa Crediamigo, cresceram 23,5%, atingindo a cifra de R\$ 5,9 bilhões. Deste total, R\$ 3,9 bilhões foram concedidos por meio do programa Crediamigo, correspondendo a 66,7% do total, representando uma expansão de 18,7% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado na Tabela 3 adiante.

Tabela 3 - Empréstimos de Curto Prazo

Produto	2014.1		2015.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Crediamigo	1.851.349	3.308,3	2.013.305	3.927,1	18,7%
CDC/Capital de Giro	14.831	594,8	46.651	943,1	58,6%
Conta Garantida	15.537	280,8	17.986	213,8	-23,9%
Câmbio	103	373,1	152	571,2	53,1%
Desconto	118.185	170,9	118.829	191,2	11,9%
Cartão de Crédito	7.806	39,0	15.023	41,6	6,7%
Total	2.007.811	4.766,9	2.211.946	5.888,0	23,5%

* Valores em R\$ milhões.

Em relação ao perfil dos clientes, do valor contratado no primeiro semestre de 2015, 70,6% atendeu aos clientes de pequeno porte: micro e pequena empresa, pessoa física, mini e pequeno produtor rural, clientes dos programas Crediamigo e Pronaf - incluindo Agroamigo. Tal cifra correspondeu a R\$ 8,0 bilhões e representou um crescimento de 24,3% em relação ao contratado no mesmo período em 2014, conforme pode ser visto na Tabela 4 adiante.

Tabela 4 - Contratação de Operações de Crédito por Porte

Produto	2014.1		2015.1		Variação Valor
	Qtde	Valor*	Qtde	Valor*	
Pequeno	2.205.114	6.475,4	2.442.453	8.048,6	24,3%
Médio	19.798	858,7	23.227	1.181,7	37,6%
Grande	3.429	1.678,1	5.238	2.169,6	29,3%
Total	2.228.341	9.012,2	2.470.918	11.399,9	26,5%

* Valores em R\$ milhões.

5 GANHO DE EFICIÊNCIA

O Banco do Nordeste apresentou no primeiro semestre de 2015 ganho de eficiência em relação ao mesmo período do ano anterior, com melhoria de 11,2 pontos percentuais medido pelo seu Índice de Cobertura (capacidade das receitas de prestação de serviços cobrirem as despesas administrativas e de pessoal), passando de 79,1% para 90,3%.

As despesas administrativas mantiveram-se no primeiro semestre de 2015, em patamar similar ao atingido no mesmo período de 2014, perfazendo aproximadamente o mesmo montante de R\$ 1,19 bilhão.

De outra parte, as receitas de prestação de serviços, tiveram um acréscimo de 14,9%, atingindo a cifra de R\$ 1,08 bilhão. No mesmo período de 2014, o BNB alcançou o montante de R\$ 938,5 milhões.

6 ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

À luz da missão e visão institucionais, do posicionamento estratégico, dos valores, da análise dos ambientes externos e internos do Banco foram estabelecidos objetivos estratégicos classificados nas perspectivas institucional, financeira, clientes, processos e competências, segundo a metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC).

Sob a perspectiva institucional, orientada para contribuição do Banco ao desenvolvimento regional sustentável, foram definidos objetivos estratégicos que demonstram o comprometimento do Banco do Nordeste com as políticas econômicas, sociais e ambientais do Governo Federal.

A perspectiva financeira contemplou objetivos estratégicos e fortalecimento do Banco como instituição financeira sólida, sustentável e rentável, bem como de eficiência operacional e produtividade.

A perspectiva clientes teve como foco a excelência no atendimento, mantendo a liderança em microfinança e agricultura familiar, a ampliação do volume de aplicações com o segmento MPE, o apoio a empreendimentos de empresa de médio e grande porte e governo, a ampliação do relacionamento com clientes e negócios na área comercial.

A perspectiva processos teve como foco a eficiência operacional, por meio da agilidade da tecnologia da informação e comunicação (TIC), da dotação de processos e produtos competitivos na área comercial, da ampliação de canais de atendimento; e na eficiência da gestão de riscos e recuperação de créditos.

Na perspectiva competências, os objetivos foram direcionados para valorização das competências humanas por meio da aprendizagem contínua e a gestão por competências, além do aprimoramento de processos que permitissem o alinhamento organizacional e a tomada de decisões baseada em informações estratégicas.

7 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO POR SEGMENTO

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do PRONAF no Nordeste, contando, na posição de junho de 2015, com uma carteira ativa no valor de R\$ 7,75 bilhões, correspondente a 1,6 milhão de operações.

No primeiro semestre de 2015, o Banco contratou 233.028 financiamentos com agricultores familiares, envolvendo o total de R\$ 1,16 bilhão, alcançando 105% da meta estabelecida para o período. Do total de recursos aplicados, 67,8% destinaram-se a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Microcrédito Rural).

Comparando o resultado obtido em 2015 com o mesmo período de 2014, houve aumento de 42,5% no volume de recursos aplicados no segmento. No que tange à quantidade de operações, a elevação foi de 16,6%.

Programa de Microfinanças Rurais - Agroamigo

O Agroamigo, Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, adaptada às condições do meio rural. Sua principal característica é a forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades.

No primeiro semestre de 2015, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 910,7 milhões, o que representa um crescimento de 37,18% em relação aos valores contratados no mesmo período de 2014. Foram contratadas 222.181 operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 3,1 bilhões e 1.024.176 clientes, dos quais 887.852 possuem conta corrente no Banco. O Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto dos Grupos A e A/C.

Microfinança Urbana

O Banco do Nordeste atua no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo. Em 2015, considerando o período de janeiro a junho, desembolsou por meio deste programa R\$ 3,9 bilhões, representando um crescimento de 18,7% em relação aos valores alcançados no mesmo período de 2014. No primeiro semestre de 2015 o total de empréstimos desembolsados cresceu 8,8%, sendo realizadas 2,0 milhões de operações. O Crediamigo possuía, ao final de 2014, 1,9 milhão de clientes com empréstimos ativos, dos quais 45% participam do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

A capacidade operacional do Crediamigo alcançou, nos seis primeiros meses de 2015, a média de 16,5 mil desembolsos por dia, significando um crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período de 2014.

Na posição de 30 de junho de 2015, a inadimplência representada pelos empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa ficou em 1,1%. Esse resultado demonstra a qualidade da carteira, com histórico de baixa inadimplência, mesmo com um crescimento expressivo do volume de crédito.

Micro e Pequena Empresa

O Banco do Nordeste financiou, no primeiro semestre de 2015, contratos no montante de R\$ 1,4 bilhão referentes às contratações com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazo, sendo R\$ 993,1 milhões com recursos do FNE, relativas às operações de longo prazo e R\$ 357,2 milhões, em operações de crédito de curto prazo, nesse caso por meio de recursos internos. Esse total corresponde a um incremento de 16% em relação ao mesmo período do ano passado.

Até 30 de Junho de 2015, foram atendidas 14.059 micro e pequenas empresas. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 863,4 milhões em contratações, correspondendo a 61% do total de recursos aplicados pelo Banco do

Nordeste neste segmento. Destaca-se que 57% das operações contratadas foram efetivadas na região do Semiárido.

Empresarial

O segmento empresarial é constituído por clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões e até R\$ 200,0 milhões. Ao final do primeiro semestre de 2015, o Banco alcançou o quantitativo de 6.021 clientes e R\$ 17,1 bilhões de ativo total (FNE/Outros Recursos) no segmento empresarial. A quantidade de clientes nesse segmento apresentou um incremento de 15% em relação a quantidade de clientes existentes em Junho/2014.

No 1º semestre de 2015, este segmento apresentou os seguintes resultados:

- contratação de operações de investimento com recursos do FNE: R\$ 900,4 milhões;
- contratações de curto prazo (crédito comercial): R\$ 834,3 milhões;
- contratação de operações de câmbio: R\$ 141,3 milhões;
- saldo médio de captação de recursos no valor de R\$ 2,0 bilhões.

Comparativamente ao mesmo período de 2014, pode-se observar um incremento de 25% na contratação de operações de longo prazo com recursos do FNE, resultado impulsionado especialmente pelas aplicações com clientes com faturamento entre 3,6 milhões até 16 milhões, o que propiciou a mitigação do risco com a pulverização dos recursos do fundo constitucional. As contratações implicaram no crescimento de 23% do ativo total (FNE/Outros Recursos) em relação a Junho/2014.

A contratação de operações de câmbio apresentou uma evolução de 83% em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para as operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC).

Da mesma forma, as contratações de operações no âmbito do Crédito Comercial tiveram um aumento de 36% em relação à posição de Junho/2014.

Corporate

O segmento Corporate é composto por clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 200,0 milhões.

No primeiro semestre de 2015, o Banco alcançou os seguintes resultados neste segmento: contratação de operações de investimento com recursos do FNE, no valor de R\$ 630,2 milhões; contratações de crédito comercial no valor de 187,7 milhões; contratação de operações de custeio no valor de R\$ 26,9 milhões; contratação de operações de investimento no valor de R\$ 53,6 milhões; contratação de operações de ACC e importação financiada no valor de R\$ 418,1 milhões; Saldo médio de Captação de Recursos no valor de R\$ 3.800,1 milhões.

Comparativamente ao mesmo período de 2014, pode-se observar uma redução de 20,4% na contratação de operações de longo prazo com recursos do FNE, resultado este

influenciado, sobremaneira, pela diminuição do nível da atividade econômica e da apresentação de projetos de investimentos ao Banco.

Por outro lado, a contratação de operações com recursos externos, em especial Exportação-ACC, apresentou uma evolução de 56,8%, em função do aumento das taxas do dólar e do euro. Da mesma forma, a contratação de operações no âmbito do Crédito Comercial teve um aumento de 100% em relação à posição de Junho/2014.

Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à Administração Pública Indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber recursos dos regimes próprios da previdência social instituídos pelo Governo Federal, Governo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fazem parte também dessa linha de produtos voltados para este público as linhas de crédito com recursos do BNDES, através das quais Estados e Municípios podem ter acesso a financiamentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade, inovação e transparência da gestão pública e administração tributária, bem como para a implantação, expansão e modernização de investimentos em infraestrutura urbana e social.

Na posição de 30/06/2015, as operações de crédito e captação de recursos neste segmento, alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,4 bilhão em saldo devedor e R\$ 979 milhões em saldo de captações, com uma carteira composta de 1.884 clientes.

Agronegócios - Pessoa Física

No primeiro semestre de 2015, o Banco contratou, com recursos do FNE, um montante de R\$ 1,06 bilhão no Agronegócio - produtores pessoas físicas. Desse total, 46,9% dos recursos foram destinados aos clientes pequenos e miniprodutores rurais.

No segmento de Pequeno e Miniprodutores Rurais (PMPR) foi contratado, nesse período, R\$ 497,5 milhões, o que representa um crescimento de 48,9% em relação ao mesmo período do ano de 2014.

Pessoa Física

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física (PF) visa o atendimento a clientes, sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares,

sócios de cooperativas e sindicatos de classe, profissionais liberais, aposentados do INSS e outras pessoas físicas em geral.

A carteira de PF encerrou o primeiro semestre com R\$ 114 milhões em contratações de crédito comercial PF e saldo médio de R\$ 291,2 milhões em operações de crédito, o que representa um crescimento de 17% em relação ao mesmo período do ano de 2014. Com relação à captação de recursos, o segmento PF foi responsável por 75,5% das aplicações em fundos de investimentos, depósito a prazo e poupança, equivalendo a R\$ 8.588,3 milhões em aplicações nessas três modalidades.

8 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Os valores auferidos com a recuperação de crédito registraram o montante de R\$ 826,9 milhões, propiciando recebimentos em espécie na ordem de R\$ 218,5 milhões. Foram regularizadas 50.195 operações, sendo 40.296 mil operações com a fonte FNE e 9.899 mil com fonte não FNE.

9 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Fundo Constitucional do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) é formado por recursos públicos e sua aplicação é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional, constituindo política pública de financiamento.

A regulamentação do FNE, ocorrida por meio da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, deu início a operacionalização desses recursos pelo Banco do Nordeste, promovendo um fluxo crescente de investimentos nos setores produtivos da Região, com relevantes impactos econômicos e sociais.

O Banco do Nordeste financiou no primeiro semestre de 2015 um montante de R\$ 4.994,6 milhões com recursos do FNE, atendendo empreendimentos rurais e urbanos dos onze estados de sua área de atuação regional, conforme apresentado na Tabela 5. Esse total contempla 250.623 operações no semestre, distribuídas em 1988 municípios, 99,9% de toda a área financiável pelo FNE, com valor médio por operação de R\$ 19.928,7.

No tocante à distribuição de recursos por estado, são definidos limites de participação nos financiamentos do FNE de cada exercício, sendo o mínimo de 4,5% (exceto Espírito Santo, que possui menor área financiável pelo FNE) e o máximo de 30% do total financiado no ano.

Como resultado parcial do exercício, os dados do primeiro semestre de 2015, conforme Tabela 5, indicam que a maior participação estadual foi de 25,5%, convergente com o limite máximo de 30%.

No tocante ao piso de 4,5%, os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte registraram participação de 4,2%, enquanto Sergipe concluiu o período com 3,3% do total de financiamentos, resultados impactados pela priorização do atendimento a beneficiários

de menor porte, com menor valor médio de financiamento, e que concentraram 80,2% do total semestral financiado nesses estados.

Nos próximos meses, ao tempo em serão continuadas as ações junto aos pequenos empreendimentos, serão ampliadas as prospecções e concluídas as tramitações de projetos de médio e grande porte, sendo positivas as perspectivas observadas nos estados quanto ao atendimento dos limites anuais de participação estadual.

Tabela 5 - BNB/FNE: Financiamentos Total e por Estado

(R\$ milhões)

Estado	Valor Contratado	(%)
AL	208,9	4,2
BA	1.257,0	25,2
CE	1.070,9	21,4
ES	72,7	1,5
MA	525,4	10,5
MG	278,2	5,6
PB	258,8	5,2
PE	447,1	8,9
PI	500,7	10,0
RN	210,0	4,2
SE	164,9	3,3
Total	4.994,6	100,0

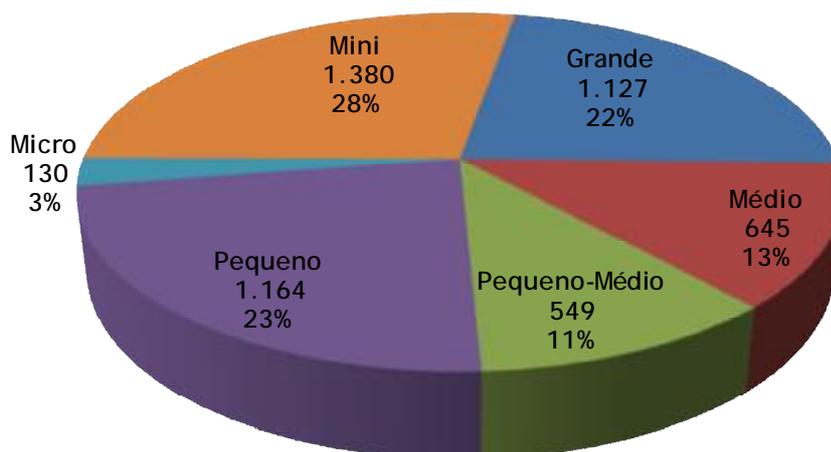
Fonte: Base do Ativo; elaboração: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

Em termos de distribuição por porte de beneficiário, no 1º semestre de 2015, o Banco do Nordeste contratou financiamentos aos pequenos empreendimentos de forma prioritária, conforme diretriz do FNE, promovendo a geração e a desconcentração de emprego e renda.

Dessa forma, os empreendimentos de mini, micro, pequeno ou pequeno-médio porte, rurais e urbanos, mobilizaram 65% do valor total dos financiamentos contratados no semestre, conforme apresentado no Gráfico 1 adiante. Nesse grupamento, se destaca com maior volume de recursos a participação de agricultores familiares (pronafricanos) e micro e pequenas empresas (MPEs), expressando a importância desses segmentos na dinâmica econômica regional.

Gráfico 1 - BNB/FNE: Financiamentos por Porte de Beneficiário

(R\$ milhões)



Fonte: Base do Ativo; elaboração: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

A distribuição setorial do FNE no primeiro semestre de 2015 destaca o volume de recursos contratados nos setores Rural (Agricultura e Pecuária) e Comércio e Serviços, seguidos pela Indústria, conforme Tabela 6.

Tabela 6 - BNB/FNE: Financiamentos por Setor

(R\$ milhões)

Setor	Valor Contratado	(%)
Agricultura	1.260,2	25,2
Pecuária	1.378,7	27,6
Indústria	430,9	8,6
Agroindústria	57,2	1,2
Turismo	184,5	3,7
Comércio e Serviços	1.312,5	26,3
Infraestrutura	370,6	7,4
Total	4.994,6	100,0

Quanto à abordagem de espaços prioritários, a ação de financiamento com recursos do FNE contempla o apoio a espaços sub-regionais, definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nesse contexto, destaca-se o financiamento a projetos no Semiárido, no total R\$ 1.866,2 milhões, montante 34,3% superior ao realizado em igual período de 2014, crescimento gerado principalmente por elevação nos financiamentos a agricultores familiares, produtores rurais empresariais, MPEs comerciais e de serviços, nessa ordem.

O volume de financiamentos nas microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica) da PNDR atingiu um total de R\$ 3.861,1 milhões, cerca de 77% dos financiamentos totais do FNE no semestre, enquanto os municípios das microrregiões Alta Renda, não prioritários na PNDR, registraram 23% do volume de contratações.

As Mesorregiões Diferenciadas e as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são também espaços de atenção especial na PNDR e objeto da política de financiamento do FNE, tendo alcançado financiamentos no primeiro semestre no total de R\$ 1.243,1 milhões.

Esses resultados evidenciam a atenção do BNB na operacionalização dos recursos do FNE, provendo crédito de longo prazo norteado pelas diretrizes dessa política pública de financiamento, em atuação cooperada com entidades públicas e a sociedade civil organizada.

Sustentabilidade

O Banco do Nordeste realiza diversas ações de responsabilidade socioambiental relacionadas tanto à sua atividade fim, qual seja a concessão de financiamentos para o desenvolvimento sustentável da região onde atua, quanto às atividades relacionadas ao funcionamento da empresa em si. Seguem as ações de destaque no primeiro semestre de 2015:

- A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco do Nordeste contempla aspectos de sustentabilidade ambiental e social de todas as atividades realizadas pela instituição, desde a concessão do crédito à aquisição de bens e serviços diversos. A PRSA do Banco do Nordeste consolida as premissas do Banco para uma atuação social e ambientalmente responsável, comprometida com os valores éticos e morais e com a transparência no relacionamento com suas partes interessadas (acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade, governo federal, estadual e municipal, instituições de desenvolvimento e indústria bancária).
- O processo de acompanhamento dos financiamentos a projetos relacionados ao meio ambiente e à inovação registrou, em 30/06/2015, 5.512 operações de financiamentos que somaram R\$ 108 milhões, contratados nos programas ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia, além de R\$ 8 milhões aplicados no programa FNE Inovação.
- Destaca-se também, no âmbito das cooperações e parcerias para o desenvolvimento regional sustentável, o contrato celebrado entre o Banco do Nordeste e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no valor de R\$ 85,7 milhões, que prevê a construção de 30.133 cisternas em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba, inserindo-se no esforço do Governo Federal para universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes residentes em comunidades rurais com déficit de abastecimento de água. No ano de 2015, 23.494 famílias foram beneficiadas

com a capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), das quais 16.315 já estão com suas cisternas construídas, sendo 15.239 cisternas de placas para armazenamento de água para consumo humano e 1.076 cisternas de calçadão para armazenamento de água para a produção de alimentos e criação de animais.

10 PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS

Em consonância com o Objetivo Estratégico “Dotar o Banco de processos e produtos competitivos na área comercial”, foram criados os seguintes produtos/serviços:

- Cartão BNB / BNDES: o cartão possui limite de crédito de até R\$ 1 milhão, com taxas de juros atrativas. O pagamento é feito em prestações fixas e iguais, com prazo máximo de 48 meses. Podem obtê-lo empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 90 milhões, de controle nacional e que exerçam atividade econômica compatível com as políticas operacionais e de crédito do BNDES. Caso a empresa faça parte de um grupo econômico, o faturamento bruto anual do conjunto também não poderá exceder o limite de R\$ 90 milhões.
- Pagamento de Boletos com Envelope nos terminais de autoatendimento: em parceria com o Programa Excelência no Atendimento, a nova solução visa diminuir o Tempo Médio de Espera (TME) nas agências do Banco do Nordeste, proporcionando maior satisfação aos clientes.
- Ampliação da Rede de Terminais Compartilhados: em parceria com o Banco do Brasil, as salas de autoatendimento foram ampliadas em mais 177 novas localidades, totalizando 1.177 cidades em que o cliente do Banco do Nordeste pode realizar operações bancárias utilizando a rede de terminais de autoatendimento compartilhados entre as duas instituições.
- Cartão de crédito Crediamigo Classic: ofertado inicialmente a 200 mil clientes do Crediamigo. Objetiva ampliar a oferta de produtos financeiros voltados a esse público, tendo em vista a elevada carteira de clientes deste programa.

11 RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Em 2014, o Banco do Nordeste iniciou, como uma de suas prioridades estratégicas, o Programa Excelência no Atendimento (PEA), com o objetivo de consolidar um novo modelo de atendimento, pautado na percepção de valor e satisfação do cliente.

Destacam-se, no âmbito deste programa, as seguintes ações:

- Implantação do aplicativo Solicitação de Crédito permitindo a simulação e entrada dos pleitos pelos clientes na internet;
- Implantação de alerta de uso do cartão por SMS nas transações de compras a partir de R\$ 30,00;
- Abertura de três agências, alcançando o total de 292 unidades.

12 TECNOLOGIA

Em conformidade ao que preceitua o Planejamento Estratégico da Instituição em seu objetivo “Dotar o Banco de Tecnologia da Informação e Comunicação Competitiva”, foram implementadas ações que propiciaram aos clientes maior flexibilidade e comodidade, reduziram custos, melhoraram os controles e a segurança da informação, e liberaram funcionários para que atuassem com os clientes e em projetos estratégicos.

O montante investido pelo Banco do Nordeste em tecnologia da informação totalizou R\$ 78.829.617 no 1º semestre de 2015. Entre as principais iniciativas deste ano, merece destaque o suporte à implantação de novos produtos e serviços e os investimentos em modernização de equipamentos.

13 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração - composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e pela Auditoria Interna - e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários. O Banco do Nordeste mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis existentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Há que se destacar que, em alinhamento às práticas adotadas no mercado e com o propósito de envolver todos os gestores na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diferentes negócios, o Banco do Nordeste tem normalizadas as definições relativas às alçadas administrativas e as atribuições, assim como a composição e as regras de funcionamento de todos os seus colegiados não estatutários, responsáveis por decisões administrativas.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na instituição.

14 GESTÃO DE RISCOS

A política corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais desta instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e

operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, estabelecendo regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

As políticas e estratégias de gerenciamento de riscos são aprovadas e revisadas sistematicamente pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, em atendimento as Resoluções 3.721, 3.380, 3.464 e 4.090/Bacen. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, controles internos e segurança corporativa apresenta-se unificada no nível estratégico e específica quanto às suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação da atividade.

Destacam-se as principais ações realizadas no 1º Semestre de 2015 para melhoria da gestão de riscos:

- Teste de aderência e desempenho dos modelos de Avaliação de Risco Cliente - Especialista e Fundamentalista;
- Revisão da metodologia para ponderação de garantia do tipo fidejussória para o modelo Especialista;
- Revisão do procedimento de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários em default;
- Revisão do processo de marcação a mercado dos swaps cambiais e eurobonus;
- Elaboração dos procedimentos para cálculo do indicador de risco de liquidez de curto prazo - LCR; e
- Revisão e aperfeiçoamento da automação do teste de estresse e aderência.

Mais informações podem ser consultadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível no sítio de relatórios e informações do Banco do Nordeste: <http://www.bnb.gov.br/web/quest/sobre-o-bnb>.

15 CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares: as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; e o elevado grau de compromisso de seu pessoal em atuar com competência e com ampla transparência.

Das ações implementadas para o fortalecimento dos controles internos no Banco do Nordeste e aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados nas atividades de certificação no primeiro semestre de 2015, merecem destaque:

- Criação de *rating* para a Central de Cadastro, Gerências de Reestruturação de Ativos e Ambiente de Recuperação de Crédito;
- Revisão do *rating* das Agências, Superintendências Estaduais e Centrais de Crédito; e
- Certificação de Conformidade em Produtos, Conformidade Local em Agência, de Processos, Testes de Eficácia de Controles, Pinçamento de Operações e Monitoramento de Eventos.

16 GESTÃO DE PESSOAS

O Banco do Nordeste encerrou o primeiro semestre de 2015 com 7.114 empregados. Destaca-se a oportunidade dada a diversos jovens, com base na Lei da Aprendizagem Profissional nº 10.097 e na Lei de Estágio nº 11.788, para promover a formação técnico-profissional dos 404 Bolsistas de Nível Médio, 655 Bolsistas de Nível Superior e 269 Jovens Aprendizes constantes em seu quadro.

No decorrer do primeiro semestre de 2015, diversas ações alinhadas de forma direta ou indireta com o planejamento estratégico do Banco foram desenvolvidas. Dentre essas ações podem ser destacadas:

- Convocação de 381 novos empregados para suprir a demanda decorrente da abertura de vagas de analistas bancários para a expansão da rede de agências;
- Oferta de 28.432 oportunidades de capacitação, entre programas de educação a distância, cursos presenciais e educação formal;
- Para atender à regulamentação do Banco Central do Brasil, por meio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o Banco conta com 3.154 empregados com a Certificação Profissional CPA-10 e 517 com a CPA-20.
- Em relação a Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou até junho de 2015, 98,86% dos seus empregados.

17 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS FUNCIONÁRIOS

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAPEF)

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, criada em 1967, que administra um patrimônio de R\$ 3,6 bilhões, com 11.855 participantes e beneficiários assistidos, referente a dois planos previdenciários: o plano de Benefício Definido (BD), plano fechado para ingresso de novos participantes e o Plano de Contribuição Variável (CV I), criado em 2010 como uma solução previdenciária para os funcionários.

O plano BD obteve, no primeiro semestre de 2015, uma rentabilidade de 8,53%, equivalente a 88,76% da sua meta atuarial (INPC + 5,50% ao ano) de 9,61%. Isso ocorreu, basicamente, devido o índice da meta (INPC) ter sido superior, em 0,63 pontos percentuais, ao principal índice (IPCA) que corrige os ativos, bem como do baixo retorno da carteira de imóveis nesse período.

O plano BD fechou o primeiro semestre de 2015 com 1.768 participantes ativos, 3.749 aposentados e 1.153 pensionistas. Houve um aumento de 202 no total de aposentados decorrentes do incremento de solicitações de aposentadoria, em virtude do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), implementado pelo Banco do Nordeste.

O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. No primeiro semestre de 2015, o Plano CV I obteve uma rentabilidade de 9,16%, equivalente a 102,23% de sua meta atuarial de 8,96% (IPCA + 5,50% ao ano). Nesse caso, não houve descasamento entre o índice da meta e a correção dos principais ativos.

O Plano CV I fechou o primeiro semestre de 2015 com 5.157 participantes ativos, 13 aposentados e 15 pensionistas. Com o trabalho de divulgação realizado pela Capecf em parceria com o Banco do Nordeste, o plano obteve percentual de adesão de 88,30% dos funcionários que ingressaram no Banco, nesse semestre.

Todas essas ações e resultados reforçam o compromisso do Banco do Nordeste e da Capecf, em contribuir para o bem-estar de seus Participantes e Beneficiários.

Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAMED)

A Caixa de Assistência faz parte da política de Recursos Humanos do BNB e é integrante do Grupo Camed, que conta ainda com a Camed Corretora de Seguros e Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 39.540 beneficiários e está presente nas regiões Nordeste e Sudeste, além do Distrito Federal. Os beneficiários contam também com o serviço de intercâmbio, que consiste na realização de atendimentos por meio de outras operadoras.

A receita operacional acumulada da Camed Saúde no primeiro ano após a venda da carteira da Camed Vida foi de R\$ 69,7 milhões, com crescimento de 8% se comparado com o primeiro semestre de 2014, o que representa um incremento de R\$ 5 milhões. Já a Camed Corretora, presente em todo o Brasil por intermédio das Agências do BNB, fecha o semestre com sua receita de comissões em R\$ 12,4 milhões, com crescimento de 5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Para oferecer atenção integral aos filhos dos funcionários do BNB, a Camed Saúde oferece a Creche Paulo VI, formada por uma equipe multidisciplinar com pedagogos, nutricionista, psicóloga e fonoaudióloga. A instituição fecha o primeiro semestre de 2015 com 142 crianças matriculadas, sendo 112 dependentes de funcionários do Banco.

18 INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no 1º semestre de 2015, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		30.06.2015	30.06.2014
CIRCULANTE		23.973.935	17.593.139
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	201.214	127.539
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	9.606.779	9.612.609
Aplicações no Mercado Aberto		9.515.682	9.470.400
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		91.097	142.209
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	5.958.963	756.845
Carteira Própria		3.669.364	756.845
Vinculados a Compromissos de Recompra		1.670.791	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		408.451	-
Vinculados à Prestação de Garantias		210.357	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		252.757	560.357
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		87.952	193.210
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	132.964	350.392
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	28.392	14.907
Repasse Interfinanceiros		1.497	1.062
Correspondentes		1.952	786
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		172	135
Transferências Internas de Recursos		172	135
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.146.040	4.432.139
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.886.323	4.778.952
Setor Público		203.812	158.976
Setor Privado		5.682.511	4.619.976
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(740.283)	(346.813)
OUTROS CRÉDITOS		2.775.856	2.078.128
Créditos por Avais e Fianças Honorados	(Nota 10.a)	50	-
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	892.144	451.115
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	14.829	9.387
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.d)	4	4
Diversos	(Nota 10.e)	2.018.181	1.637.849
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(149.352)	(20.227)
OUTROS VALORES E BENS		32.154	25.387
Outros Valores e Bens		10.964	5.924
(Provisões para Desvalorizações)		(638)	(696)
Despesas Antecipadas		21.828	20.159
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		16.370.173	18.586.730
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	8.990.978	11.751.623
Carteira Própria		8.364.634	10.058.903
Vinculados a Compromissos de Recompra		119.524	1.124.319
Instrumentos Financeiros Derivativos		360.791	256.626
Vinculados à Prestação de Garantias		146.029	311.775
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		58.286	54.918
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	17	143
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	56.773	52.650
Repasse Interfinanceiros		1.496	2.125
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.842.651	6.021.943
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	7.194.263	6.479.830
Setor Público		1.246.893	1.112.004
Setor Privado		5.947.370	5.367.826
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(351.612)	(457.887)
OUTROS CRÉDITOS		478.258	758.246
Créditos por Avais e Fianças Honorados	(Nota 10.a)	50	-
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	18.049	18.049
Diversos	(Nota 10.e)	506.692	786.673
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(46.533)	(46.476)
PERMANENTE	(Nota 12)	228.907	227.307
INVESTIMENTOS		1.879	1.851
Outros Investimentos		7.182	7.154
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO		210.345	210.366
Imóveis de Uso		167.682	157.935
Reavaliações de Imóveis de Uso		107.628	107.628
Outras Imobilizações de Uso		253.770	236.585
(Depreciações Acumuladas)		(318.735)	(291.782)
INTANGÍVEL		16.610	14.803
Ativos Intangíveis		16.610	14.803
DIFERIDO		73	287
Gastos de Organização e Expansão		383	1.423
(Amortização Acumulada)		(310)	(1.136)
TOTAL DO ATIVO		40.573.015	36.407.176

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**PASSIVO**

		30.06.2015	30.06.2014
CIRCULANTE		14.757.019	12.251.080
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	5.620.477	5.790.121
Depósitos a Vista.....		220.601	274.020
Depósitos de Poupança.....		1.896.302	1.752.016
Depósitos Interfinanceiros.....		1.090.322	993.343
Depósitos a Prazo.....		2.413.252	2.770.742
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	1.735.149	1.259.665
Carteira Própria.....		1.670.578	1.000.296
Carteira de Terceiros.....		64.571	259.369
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	1.125.415	35.981
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		181.567	26.704
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		943.848	9.277
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		59.311	79.348
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		59.311	79.348
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		4.026	2.464
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		3.957	2.438
Transferências Internas de Recursos.....		69	26
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	1.136.037	599.181
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		-	20.177
Empréstimos no Exterior.....		1.136.037	579.004
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	151.710	151.205
Tesouro Nacional.....		605	467
BNDES.....		123.088	124.505
FINAME.....		28.017	26.233
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	-	89
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	89
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	133.785	95.057
Repasses do Exterior.....		133.785	95.057
OUTRAS OBRIGAÇÕES		4.791.109	4.237.969
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	55.054	30.005
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	15.657	19.245
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	47.063	100.114
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	327.462	344.752
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 16.e)	101	91
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	2.852.442	1.948.218
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	42.369	38.859
Diversas	(Nota 16.i)	1.450.961	1.756.685
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		22.949.288	20.941.874
DEPÓSITOS	(Nota 13.b)	5.908.402	4.997.302
Depósitos a Vista.....		-	4.147
Depósitos Interfinanceiros.....		191.802	144.409
Depósitos a Prazo.....		5.716.600	4.848.746
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	118.904	122.438
Carteira Própria.....		118.904	122.438
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	937.311	1.385.522
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		937.311	1.385.522
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	1.540.202	1.521.843
Tesouro Nacional.....		-	190
BNDES.....		1.413.958	1.374.193
FINAME.....		126.244	147.460
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7.c)	-	7
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	7
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	790.030	654.169
Repasses do Exterior.....		790.030	654.169
OUTRAS OBRIGAÇÕES		13.654.439	12.260.593
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	7.672.026	7.520.265
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(Nota 17)	1.353.988	1.241.799
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 18)	1.691.087	1.526.376
Diversas	(Nota 16.i)	2.937.338	1.972.153
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	2.866.708	3.214.222
CAPITAL		2.844.000	2.844.000
De Domiciliados no País.....		2.844.000	2.844.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		18.232	20.556
RESERVAS DE LUCROS.....		485.245	397.013
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(480.769)	(47.347)
TOTAL DO PASSIVO		40.573.015	36.407.176

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

		1º sem/2015	1º sem/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		2.772.491	1.755.771
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.021.123	787.754
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	1.364.621	1.023.057
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	230.023	(111.960)
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	145.870	30.929
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	10.854	23.736
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		-	2.255
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(2.407.090)	(1.185.272)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(964.089)	(525.378)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(901.103)	(455.839)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(541.898)	(204.055)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		365.401	570.499
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(267.565)	(66.535)
Receitas de Prestação de Serviços.....		1.054.776	924.060
Rendas de Tarifas Bancárias.....		23.879	14.405
Despesas de Pessoal:		(731.165)	(761.467)
Despesas de Pessoal.....		(657.607)	(697.715)
Benefícios Pós-Emprego.....		(73.558)	(63.752)
Outras Despesas Administrativas.....		(463.018)	(424.450)
Despesas Tributárias.....		(128.119)	(121.955)
Outras Receitas Operacionais.....		776.674	821.527
Outras Despesas Operacionais.....		(800.592)	(518.655)
RESULTADO OPERACIONAL		97.836	503.964
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		1.304	841
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		99.140	504.805
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	92.213	(129.963)
Provisão para Imposto de Renda.....		(99.012)	(72.634)
Provisão para Contribuição Social		(62.412)	(45.043)
Ativo Fiscal Diferido.....		253.637	(12.286)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(33.225)	(48.830)
LUCRO LÍQUIDO.....		158.128	326.012
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	(Nota 19.d)	(53.165)	(74.957)
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		1,83	3,77

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAValiaÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2013	2.437.000	-	20.610	148.072	427.203	15.374	(8.045)	-	(384)	3.039.830
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....										
Ajuste de TVM.....							(45.826)			(45.826)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							6.524			6.524
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Transferência para Aumento de Capital.....		407.000			(407.000)					-
OUTROS EVENTOS:										
Aquisição de Ações em Tesouraria.....					(19.518)				384	(19.134)
Realização da Reserva:										
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....			(54)					(438)		(492)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								326.012		326.012
Destinações:										
Reservas.....				16.301	200.713			(217.014)		-
Provisão para Dividendos/JCP.....								(77.318)		(77.318)
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS(Dividendos e JCP).....								(31.242)		-
Dividendos Adicionais de 2013 distribuídos (Dividendos e JCP).....						31.242		(31.242)		(15.374)
						(15.374)				(15.374)
SALDOS EM 30.06.2014	2.437.000	407.000	20.556	164.373	201.398	31.242	(47.347)	-	-	3.214.222
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	407.000	(54)	16.301	(225.805)	15.868	(39.302)	-	384	174.392
SALDOS EM 31.12.2014	2.437.000	407.000	19.394	185.439	462.009	40.463	(183.496)	-	-	3.367.809
REVERSÕES DE RESERVAS:										
Reservas de Lucros.....					(283.648)			283.648		-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:										
Ajuste de TVM.....							(4.123)			(4.123)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(293.150)			(293.150)
AUMENTO DE CAPITAL:										
Proveniente de Reservas:										
Incorporação ao Capital.....	407.000	(407.000)								-
OUTROS EVENTOS:										
Reavaliação de Ativos:										
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....			(1.162)					1.162		-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								158.128		158.128
Destinações:										
Reservas.....				7.907	98.219			(106.126)		-
Dividendos e JCP.....								(37.845)		(37.845)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP)								(15.319)		-
Provisão para Dividendos/JCP)-Exercício 2014.....						15.319		(283.648)		(324.111)
						(40.463)				(324.111)
SALDOS EM 30.06.2015	2.844.000	-	18.232	193.346	276.580	15.319	(480.769)	-	-	2.866.708
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	407.000	(407.000)	(1.162)	7.907	(185.429)	(25.144)	(297.273)	-	-	(501.101)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

	30.06.2015	30.06.2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período.....	158.128	326.012
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	20.107	19.067
Reversão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(55)	1
Provisão líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	409.441	190.596
Provisão líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	132.457	13.459
Provisão líquida para Passivos Contingentes (Riscos do FNE)	513.804	196.452
Provisão líquida para Passivos Contingentes (Riscos do FDNE)	24	8
Provisão líquida para Passivos Contingentes.....	47.277	43.238
Provisão líquida(Benefícios pós-emprego)	73.558	63.752
Reversão de Provisões Operacionais	(108.011)	(26.090)
Lucro Líquido Ajustado.....	1.246.730	826.495
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(79.168)	(217.787)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	144.461	(128.736)
Operações de Crédito.....	(661.835)	(396.295)
Outros Créditos.....	(210.544)	264.159
Outros Valores e Bens.....	(3.836)	685
Depósitos.....	(396.548)	(204.023)
Captações no Mercado Aberto	97.706	204.508
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	376.764	(65.761)
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	206.811	(309.192)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(261.955)	80.124
Outras Obrigações.....	1.783.312	2.406.664
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(116.165)	(120.759)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	2.125.733	2.340.082
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(385.190)	(631.703)
Inversões em Investimentos.....	-	(27)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(19.850)	(8.840)
Inversões em Intangível.....	(204)	(2.495)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(638)	(154)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	799	591
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	49	40
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(405.034)	(642.588)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(433.835)	(48.973)
Ações em Tesouraria.....	-	(19.134)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(433.835)	(68.107)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.286.864	1.629.387
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No Início do Período.....	8.365.461	7.709.183
No Fim do Período.....	9.652.325	9.338.570
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.286.864	1.629.387

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2015	%	30.06.2014	%
RECEITAS	3.286.635		2.793.894	
Intermediação Financeira	2.772.491		1.755.771	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.078.655		938.465	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(541.898)		(204.055)	
Outras Receitas/Despesas	(22.613)		303.713	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.865.192)		(981.217)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(427.652)		(394.782)	
Materiais, Energia e Outros	(35.075)		(31.222)	
Serviços de Terceiros	(227.347)		(201.690)	
Outras	(165.230)		(161.870)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(87.598)		(89.090)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(16.447)		(15.591)	
Transportes	(12.085)		(9.974)	
Segurança	(22.625)		(16.746)	
Viagens	(5.866)		(7.487)	
Outras	(20.609)		(22.982)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	993.791		1.409.095	
RETENÇÕES	(20.107)		(19.067)	
Depreciação, amortização e exaustão	(20.107)		(19.067)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA	973.684		1.398.828	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	973.684		1.398.828	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	973.684		1.398.828	
PESSOAL	660.269	67,8	714.300	51,1
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	473.027	48,6	547.491	39,1
Proventos	439.802		498.661	
Participação nos lucros	33.225		48.830	
BENEFÍCIOS	153.913	15,8	136.841	9,8
Provisões (Benefícios pós-emprego)	73.558		63.752	
Benefícios - Outros	80.355		73.089	
FGTS	33.329	3,4	29.968	2,1
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	140.028	14,4	347.915	24,9
Federais	125.790		338.115	
Estaduais	27		68	
Municipais	14.211		9.732	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	15.259	1,6	10.601	0,8
Aluguéis	15.259		10.601	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	158.128	16,3	326.012	23,3
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	53.165	5,5	74.957	5,4
União	27.114		38.228	
Outros	26.051		36.729	
DIVIDENDOS	-	-	33.603	2,4
União	-		17.137	
Outros	-		16.466	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	104.963	10,8	217.452	15,5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	Nota 31- Outras Informações
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “*pro rata temporis*”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Os ativos intangíveis são compostos pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação e terão sua vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e serão amortizados linearmente. Quando aplicável, serão ajustados por perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 12.d).

k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, plano de assistência médica, do tipo “benefício definido” e seguro de vida em grupo, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro-rata-die*.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e na Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

q) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os semestres findos em 30.06.2015 e 30.06.2014.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.06.2015			01.01 a 30.06.2014		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.378.173	1.172.297	3.550.470	1.581.162	996.977	2.578.139
Receitas de Operações de Crédito	1.021.123	-	1.021.123	787.754	-	787.754
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	790.881	573.740	1.364.621	556.264	466.793	1.023.057
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	230.023	-	230.023	(111.960)	-	(111.960)
Resultado de Operações de Câmbio	145.870	-	145.870	30.929	-	30.929
Resultado de Aplicações Compulsórias	10.854	-	10.854	23.736	-	23.736
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	2.255	-	2.255
Outras Receitas	179.422	598.557	777.979	292.184	530.184	822.368
Despesas	(1.860.102)	(1.062.064)	(2.922.166)	(741.549)	(643.529)	(1.385.078)
Despesas de Captação no Mercado	(964.089)	-	(964.089)	(525.378)	-	(525.378)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(353.189)	(547.914)	(901.103)	(10.054)	(445.785)	(455.839)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(541.898)	(513.804)	(1.055.702)	(204.055)	(196.452)	(400.507)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(926)	-	(926)	(2.062)	(1.108)	(3.170)
Provisão Proagro a Receber	-	(346)	(346)	-	(184)	(184)
Margem Financeira	518.071	110.233	628.304	839.613	353.448	1.193.061
Rendas de Prestação de Serviços	198.869	855.907	1.054.776	154.641	769.419	924.060
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	23.879	-	23.879	14.405	-	14.405
Pasep e Cofins	(41.627)	(71.901)	(113.528)	(48.113)	(63.666)	(111.779)
Resultado após Tarifas e Comissões	699.192	894.239	1.593.431	960.546	1.059.201	2.019.747
Despesas Administrativas			(1.194.183)			(1.185.917)
Despesas de Pessoal			(731.165)			(761.467)
Depreciação e Amortização			(20.107)			(19.067)
Outras Despesas Administrativas			(442.911)			(405.383)
Outras Despesas			(253.757)			(288.956)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(46.351)			(40.069)
Lucro antes da Tributação e Participações			99.140			504.805
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			92.213			(129.963)
Participações no Lucro			(33.225)			(48.830)
Lucro Líquido			158.128			326.012

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidades em Moeda Nacional	169.664	126.060
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	31.550	1.479
Total da Disponibilidade de Caixa	201.214	127.539
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.451.111	9.211.031
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.652.325	9.338.570

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
a) Aplicações no Mercado Aberto	9.515.682	9.470.400
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	9.451.111	9.211.031
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	64.571	259.369
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	91.097	142.209
Aplicações em Moeda Estrangeira	-	26.422
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	91.097	115.787
Total	9.606.779	9.612.609
Saldo de Curto Prazo	9.606.779	9.612.609

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	494.706	402.566
Posição Bancada	489.775	393.566
Posição Financiada	4.931	9.000
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	1.290	5.970
Total	495.996	408.536

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Títulos Disponíveis para Venda	14.014.168	12.099.220
Títulos Mantidos até o Vencimento	166.530	152.622
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	769.243	256.626
Total	14.949.941	12.508.468
Saldo de Curto Prazo	5.958.963	756.845
Saldo de Longo Prazo	8.990.978	11.751.623

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.06.2015								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	5.250.241	80.641	8.318.102	14.089.476	13.648.984	(440.492)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	5.079.346	-	5.035.668	10.115.240	10.115.014	(226)	2015 a 2021
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.342.220	1.378.860	1.342.220	(36.640)	2050
Letras Financeiras	-	-	170.865	80.641	1.585.808	1.897.185	1.837.314	(59.871)	2015 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	348.533	662.673	348.533	(314.140)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.744	5.729	5.744	15	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	29.553	-	(29.553)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	30	-	129	236	159	(77)	2015 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	275	-	-	-	-	1.722	275	(1.447)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.447	-	(1.447)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	262	-	-	-	-	262	262	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	13	-	-	-	-	13	13	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	8.523	-	-	-	-	8.745	8.523	(222)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	125	-	-	-	-	163	125	(38)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	8.398	-	-	-	-	8.582	8.398	(184)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	210.357	-	146.029	368.512	356.386	(12.126)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	210.357	-	141.332	351.692	351.689	(3)	2015 a 2020
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	748	-	(748)	1993
Debêntures	-	-	-	-	4.697	16.072	4.697	(11.375)	2035
Total da Categoria	8.798	-	5.460.598	80.641	8.464.131	14.468.455	14.014.168	(454.287)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								182.466	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(751)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(272.572)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 188.805; Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.133; Garantias em Processos Judiciais R\$ 145.967; e Demais Garantias R\$ 19.481.

Especificação	30.06.2014								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	126.266	9.954	609.001	11.031.369	12.267.705	11.776.590	(491.115)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	9.924	490.655	7.909.092	8.408.766	8.409.671	905	2014 a 2018
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.217.391	1.267.938	1.217.391	(50.547)	2050
Letras Financeiras	-	118.748	-	118.346	1.524.131	1.822.232	1.761.225	(61.007)	2014 a 2019
Debêntures	-	7.518	-	-	374.545	734.244	382.063	(352.181)	2014 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	6.055	6.069	6.055	(14)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	28.190	-	(28.190)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	30	-	155	266	185	(81)	2014 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	270	-	-	-	1.357	3.022	1.627	(1.395)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.395	-	(1.395)	Sem Vencimento
Fundo de Investimento Imobiliário	-	-	-	-	1.357	1.357	1.357	-	2100
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	250	-	-	-	-	250	250	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	20	-	-	-	-	20	20	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	9.228	-	-	-	-	16.404	9.228	(7.176)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	148	-	-	-	-	163	148	(15)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	9.080	-	-	-	-	16.241	9.080	(7.161)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	311.775	312.446	311.775	(671)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	311.678	311.635	311.678	43	2015 a 2017
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	-	714	-	(714)	1993
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	97	97	97	-	2027
Total da Categoria	9.498	126.266	9.954	609.001	11.344.501	12.599.577	12.099.220	(500.357)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								203.861	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(3.718)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(300.214)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 168.793; Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 1.907; Garantias em Processos Judiciais R\$ 123.715; e Demais Garantias R\$ 17.360.

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta “Ajustes a Valor de Mercado”, o valor de (R\$ 454.287) ((R\$ 500.357) em 30.06.2014). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 272.572) ((R\$ 300.214) em 30.06.2014).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.06.2015							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	474	101.860	166.530	102.334	
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	-	474	-	474	474	2016
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	74.392	138.588	74.392	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	12.088	12.088	12.088	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	1.335	1.335	1.335	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	13.480	13.480	13.480	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	565	565	565	2022
Total da Categoria	-	-	-	474	101.860	166.530	102.334	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Especificação	30.06.2014							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	106	2.020	97.442	152.622	99.568	
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	-	2.020	-	2.020	2.020	2015
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	106	-	76.101	129.261	76.207	2014 a 2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	12.692	12.692	12.692	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	522	522	522	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	8.127	8.127	8.127	2018
Total da Categoria	-	-	106	2.020	97.442	152.622	99.568	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 1º semestre de 2015 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e
- 3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	494.706	402.566
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.290	5.970
Títulos de Renda Fixa	868.096	614.418
Títulos de Renda Variável	529	103
Total	1.364.621	1.023.057

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2015, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.06.2015								
Especificação	Valor Nominal	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	769.243	-	762.326	-	14.972	8.055	6.917
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	769.243	-	762.326	-	14.972	8.055	6.917
Crédito Tributário (Nota 21.b)								3.223
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								5.989

Composição em 30.06.2014								
Especificação	Valor Nominal	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	256.626	-	227.332	-	29.294	-	29.294
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	925	-	96	-	97	1	-	1
Total	1.088.560	256.626	96	227.332	97	29.295	-	29.295
Crédito Tributário (Nota 21.b)								-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								11.719

Especificação	30.06.2015		30.06.2014	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	36
3 a 12 meses	408.452	-	-	53
1 a 3 anos	-	-	158.908	7
3 a 5 anos	360.791	-	97.718	-
Total	769.243	-	256.626	96

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Especificação	30.06.2015				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.872.546	1.110.222	1.879.463	1.110.222	6.917
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes (Nota 15.a)	1.872.995		1.879.526		6.531
Crédito Tributário (Nota 21.b)					2.613

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.633, sobre os juros da operação.

Especificação	30.06.2014				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.333.177	1.105.845	1.393.247	1.136.621	29.294
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes(Nota 15.a)	1.329.617		1.393.638		64.021
Crédito Tributário (Nota 21.b)					25.608

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.161, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do semestre.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge (Eurobonds – Senior Unsecured Notes)* e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge, Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Swap	230.023	(111.960)
Total	230.023	(111.960)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	84.006	-	84.006	307.763	-	307.763
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	48.958	-	48.958	42.629	-	42.629
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	69.429	(12.656)	56.773	65.192	(12.542)	52.650
Tesouro Nacional - Crédito Rural	28.966	(557)	28.409	15.549	(499)	15.050
Total	231.359	(13.213)	218.146	431.133	(13.041)	418.092
Saldo de Curto Prazo	161.913	(557)	161.356	365.798	(499)	365.299
Saldo de Longo Prazo	69.446	(12.656)	56.790	65.335	(12.542)	52.793

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	8.758	10.314
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.196	1.872
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	30	25
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(130)	11.525
Total	10.854	23.736

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2015		30.06.2014	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	13.080.586	(1.091.895)	11.258.782	(804.700)
Curto Prazo	5.886.323	(740.283)	4.778.952	(346.813)
Longo Prazo	7.194.263	(351.612)	6.479.830	(457.887)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	773.694	(149.352)	445.730	(20.227)
Curto Prazo	766.126	(149.352)	440.259	(20.227)
Longo Prazo	7.568	-	5.471	-
Total	13.854.280	(1.241.247)	11.704.512	(824.927)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Adiantamentos a Depositantes	1.770	175
Empréstimos	5.922.965	4.931.594
Títulos Descontados	69.482	57.198
Financiamentos	2.247.626	2.009.931
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	296.884	182.710
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	436.194	387.913
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.681.337	1.655.958
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.424.085	2.033.060
Subtotal de Operações de Crédito	13.080.586	11.258.782
Avais Fianças Honrados	100	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	20.454	11.135
Devedores por Compra de Valores e Bens	5.243	6.036
Títulos e Créditos a Receber	43.643	10.986
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	704.254	417.573
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	773.694	445.730
Total	13.854.280	11.704.512

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Empréstimos e Títulos Descontados	402.254	464.997
Financiamentos	456.628	198.556
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	102.123	81.552
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	59.671	42.594
Avais e Fianças Honrados	1	-
Outros Valores	446	55
Total	1.021.123	787.754

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2015	Total em 30.06.2014
Rural	2.336	7.735	23.771	20.762	7.115	1.558.933	1.620.652	1.619.132
Indústria	95.954	78.108	83.982	232.215	332.439	2.050.284	2.872.982	2.322.038
Governo	13.264	13.264	33.516	43.930	99.835	1.246.893	1.450.702	1.235.492
Outros Serviços	190.095	140.052	188.241	424.073	328.722	1.330.432	2.601.615	4.530.585
Comércio	773.865	708.360	575.855	1.043.639	574.749	531.315	4.207.783	1.239.131
Intermediários Financeiros	21	25	24	72	119	307	568	2.630
Habitação	6	5	5	13	22	245	296	4.777
Pessoas Físicas	18.385	8.238	6.430	5.979	10.154	1.146	50.332	67.311
Total	1.093.926	955.787	911.824	1.770.683	1.353.155	6.719.555	12.804.930	11.021.096

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2015	Total em 30.06.2014
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	101	94	126	591	2.068	20.415	23.395	13.185
Indústria	3.939	3.912	4.821	12.633	20.074	66.327	111.706	96.575
Outros Serviços	8.219	7.773	6.994	22.081	34.997	225.669	305.733	174.164
Comércio	16.636	16.467	12.724	29.477	64.520	170.047	309.871	186.145
Intermediários Financeiros	1	-	1	3	6	15	26	518
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	26
Pessoas Físicas	111	111	196	98	140	10	666	9.135
Total	29.007	28.357	24.862	64.883	121.805	482.483	751.397	479.748

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2015	Total em 30.06.2014
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Rural	9	84	52	5.496	632	13.205	31.588	51.066
Indústria	1.910	2.858	4.348	3.283	23.164	5.930	3.151	44.644
Outros Serviços	2.331	10.182	11.233	9.306	21.869	15.357	2.681	72.959
Comércio	3.699	11.143	17.716	15.279	41.587	30.086	1.867	121.377
Intermediários Financeiros	1	-	1	1	-	-	-	3
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	39
Pessoas Físicas	-	702	948	975	2.988	2.281	10	7.904
Total	7.950	24.969	34.298	34.340	90.240	66.859	39.297	297.953

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2015				30.06.2014			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.934.745	-	4.934.745	-	4.280.895	-	4.280.895	-
A	4.790.284	-	4.790.284	(23.951)	4.015.197	-	4.015.197	(20.076)
B	2.378.750	65.422	2.444.172	(24.442)	1.823.119	46.581	1.869.700	(18.697)
C	94.497	75.329	169.826	(5.095)	106.717	64.117	170.834	(5.125)
D	86.444	82.028	168.472	(16.847)	246.582	167.392	413.974	(41.398)
E	59.571	70.450	130.021	(39.006)	138.356	66.685	205.041	(61.512)
F	15.712	72.635	88.347	(44.173)	16.755	44.058	60.813	(30.407)
G	98.279	37.321	135.600	(94.920)	92.078	42.407	134.485	(94.139)
H	346.648	646.165	992.813	(992.813)	301.397	252.176	553.573	(553.573)
Total	12.804.930	1.049.350	13.854.280	(1.241.247)	11.021.096	683.416	11.704.512	(824.927)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	890.703	893.774
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	541.824	204.055
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(191.280)	(272.902)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.241.247	824.927
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.458	46.477
(+) Provisão Líquida no Período	150	281
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(75)	(282)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.533	46.476
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.287.780	871.403

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	409.441	190.596
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	132.383	13.459
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	541.824	204.055
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	74	19
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	(19)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	541.898	204.055

f) No 1º semestre de 2015 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 59.671 (R\$ 42.595 em 30.06.2014) e as renegociações importaram em R\$ 87.794 (R\$ 351.509 em 30.06.2014).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2015, um efeito positivo no valor de R\$ 16.180 (R\$ 31.931 em 30.06.2014), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Efetivação de Rendas	8.605	14.333
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	9.775	6.308
Despesas com Deságios	(221)	(24)
Efeito Líquido de Provisões	(1.979)	11.314
Total	16.180	31.931

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
a) Crédito por Avais e Fianças Honrados	100	-
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	892.144	451.115
c) Rendas a Receber	32.878	27.436
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	2.524.873	2.424.522
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.192.217	1.019.768
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	188.301	229.469
Devedores por Depósitos em Garantia	767.140	692.655
Impostos e Contribuições a Compensar	145.453	124.437
Decorrentes de Antecipação (Nota 21.a.2)	101.453	114.959
Outros Valores	44.000	9.478
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	43.643	10.986
Adiantamentos e Antecipações Salariais	28.148	25.343
Pagamentos a Ressarcir	11.106	9.906
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	11	6.733
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	17	15.059
Outros Valores	122.089	263.418
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(195.885)	(66.703)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(149.352)	(20.227)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.533)	(46.476)
Total	3.254.114	2.836.374
Saldo de Curto Prazo	2.775.856	2.078.128
Saldo de Longo Prazo	478.258	758.246

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Ativo – Outros Créditos	892.144	451.115
Câmbio Comprado a Liquidar	864.052	421.017
Direitos sobre Vendas de Câmbio	10.341	19.205
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(2.703)	(242)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	20.454	11.135
Ativo Circulante (Nota 10.b)	892.144	451.115
Passivo – Outras Obrigações	15.657	19.245
Obrigações por Compras de Câmbio	709.671	417.633
Câmbio Vendido a Liquidar	10.239	19.184
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(704.254)	(417.573)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	15.657	19.245

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Rendas de Câmbio	146.253	31.116
Despesas de Câmbio	(383)	(187)
Total	145.870	30.929

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 30.06.2015			30.06.2015		
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	-	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.227	-	-	1.227	1.227	-	1.227
Total	1.879	-	-	1.879	1.879	-	1.879

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 30.06.2015			30.06.2015				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Perdas por Impairment ⁽²⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	92.970	9.710	-	(6.288)	96.392	258.285	(161.893)	-	96.392
Sistema de Processamento de Dados	51.531	14.774	(256)	(9.577)	56.472	131.282	(74.810)	-	56.472
Móveis e Equipamentos de Uso	27.778	1.426	(260)	(2.160)	26.784	68.351	(41.567)	-	26.784
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações	6.119	147	-	(732)	5.534	19.226	(13.692)	-	5.534
Sistema de Comunicação	69	-	-	(9)	60	357	(297)	-	60
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	7.493	122	(7.615)	-	-	-	-	-	-
Sistema de Segurança	8.318	1.087	(84)	(1.248)	8.073	18.433	(10.360)	-	8.073
Sistema de Transporte	11	199	(198)	(7)	5	16.121	(16.116)	-	5
Total	211.314	27.465	(8.413)	(20.021)	210.345	529.080	(318.735)	-	210.345

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

⁽²⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o Ativo Imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 30.06.2015			30.06.2015				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	159	-	-	(86)	73	383	(310)	-	73
Total	159	-	-	(86)	73	383	(310)	-	73

⁽¹⁾ Não há registro de perdas por *impairment* sobre o Ativo Diferido.

d) Intangível

Especificação	31.12.2014	01.01.2015 a 30.06.2015			30.06.2015				
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Perdas por Impairment ⁽¹⁾	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.406	204	-	-	16.610	16.610	-	-	16.610
Total	16.406	204	-	-	16.610	16.610	-	-	16.610

⁽¹⁾ Não há registro de provisão para perdas por *impairment* sobre o Ativo Intangível

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2015	Total em 30.06.2014
Depósitos a Vista	220.601	-	-	-	-	-	220.601	278.167
Depósitos a Vista	214.743	-	-	-	-	-	214.743	265.689
Depósitos em Moeda Estrangeira	5.858	-	-	-	-	-	5.858	12.478
Depósitos de Poupança	1.896.302	-	-	-	-	-	1.896.302	1.752.016
Depósitos Interfinanceiros	717.482	372.840	144.927	46.875	-	-	1.282.124	1.137.752
Depósitos a Prazo	1.585.199	828.053	3.303.486	1.034.703	1.290.681	87.730	8.129.852	7.619.488
Depósitos a Prazo	667.609	763.917	2.802.511	879.694	1.144.443	87.730	6.345.904	5.846.125
Depósitos Judiciais com Remuneração	893.716	-	-	-	-	-	893.716	836.064
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	392.526	60.769	60.769	-	514.064	465.535
FAT- Recursos Disponíveis	5.498	15.410	4.315	3.748	3.390	-	32.361	60.656
FAT- Recursos Aplicados	17.885	48.726	104.134	90.238	82.079	-	343.062	410.430
Outros	491	-	-	254	-	-	745	678
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	27.116	1.098.299	-	937.311	-	-	2.062.726	1.421.503
Eurobonds	-	943.848	-	937.311	-	-	1.881.159	1.394.799
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	27.116	154.451	-	-	-	-	181.567	26.704
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	42.369	-	-	-	1.353.988	1.396.357	1.280.658
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.691.087	1.691.087	1.526.376
Total	4.446.700	2.341.561	3.448.413	2.018.889	1.290.681	3.132.805	16.679.049	15.015.960
Saldo de Curto Prazo							6.788.261	5.864.961
Saldo de Longo Prazo							9.890.788	9.150.999

b) Depósitos

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Depósitos a Vista	220.601	278.167
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	5.858	12.478
Depósitos de Governos	14.455	30.756
Depósitos Vinculados	117.825	173.290
Pessoas Jurídicas	57.224	43.924
Pessoas Físicas	20.565	17.233
Outros Valores	4.674	486
Depósitos de Poupança	1.896.302	1.752.016
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.280.664	1.189.031
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	614.765	562.279
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	873	706
Depósitos Interfinanceiros	1.282.124	1.137.752
Depósitos a Prazo	8.129.852	7.619.488
Depósitos a Prazo	6.345.904	5.846.125
Depósitos Judiciais com Remuneração	893.716	836.064
Outros Depósitos a Prazo	890.232	937.299
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	375.423	471.086
Recursos Disponíveis (Nota 27)	32.361	60.656
Proger Urbano	3.938	4.422
Protrabalho	492	1.425
Infraestrutura	26.803	27.398
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	1.128	27.411
Recursos Aplicados (Nota 27)	343.062	410.430
Proger Urbano	21.406	33.329
Protrabalho	83.028	99.580
Infraestrutura	117.837	157.067
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	120.791	120.454
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	514.064	465.535
Outros Valores	745	678
Total	11.528.879	10.787.423
Saldo de Curto Prazo	5.620.477	5.790.121
Saldo de Longo Prazo	5.908.402	4.997.302

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Carteira Própria	1.789.482	1.122.734
Letras Financeiras do Tesouro	1.789.482	1.122.734
Carteira de Terceiros	64.571	259.369
Notas do Tesouro Nacional	64.571	259.369
Total	1.854.053	1.382.103
Saldo de Curto Prazo	1.735.149	1.259.665
Saldo de Longo Prazo	118.904	122.438

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 30.06.2015	01.01. a 30.06.2014
Despesas de Captações	(860.194)	(463.539)
Depósitos a Prazo	(363.901)	(274.198)
Depósitos de Poupança	(51.744)	(43.258)
Depósitos Judiciais	(40.852)	(33.684)
Depósitos Interfinanceiros	(28.192)	(17.780)
Depósitos Especiais	(41.185)	(36.310)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(327.789)	(52.431)
Outros Depósitos	(6.531)	(5.878)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(103.895)	(61.839)
Carteira de Terceiros	(4.914)	(9.040)
Carteira Própria	(98.981)	(52.799)
Total	(964.089)	(525.378)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2015	Total em 30.06.2014
Empréstimos no País	-	-	-	-	-	-	-	20.177
Empréstimos no Exterior	581.708	554.329	-	-	-	-	1.136.037	579.004
Repasses do País	40.134	111.576	312.281	381.131	665.566	181.224	1.691.912	1.673.048
Repasses do Exterior	22.463	111.322	259.960	259.960	270.110	-	923.815	749.226
Total	644.305	777.227	572.241	641.091	935.676	181.224	3.751.764	3.021.455
Saldo de Curto Prazo							1.421.532	845.443
Saldo de Longo Prazo							2.330.232	2.176.012

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2015	30.06.2014
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	-	20.177
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	1.136.037	579.004
Total		1.136.037	599.181
Saldo de Curto Prazo		1.136.037	599.181
Saldo de Longo Prazo		-	-

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2015	30.06.2014
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	605	657
BNDES		1.537.046	1.498.698
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	1.187.511	1.147.307
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	349.535	351.391
Finame		154.261	173.693
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	134.701	154.802
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	19.560	18.891
Total (Nota 29.a.1)		1.691.912	1.673.048
Saldo de Curto Prazo		151.710	151.205
Saldo de Longo Prazo		1.540.202	1.521.843

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2015	30.06.2014
BID-Prodetur I	USD + 3,27	404.738	351.060
BID-Prodetur II	USD + 1,18	511.224	391.936
BID-Outros Programas	USD + 1,18	7.853	6.230
Total		923.815	749.226
Saldo de Curto Prazo		133.785	95.057
Saldo de Longo Prazo		790.030	654.169

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.06.2015	01.01. a 30.06.2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	-	(760)
Obrigações por Empréstimos no País	-	(760)
Despesas de Obrigações por Repasses	(222.113)	(68.953)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(68.839)	(61.504)
Tesouro Nacional	(46)	(18)
BNDES	(65.762)	(58.308)
Finame	(3.031)	(3.178)
Despesas de Repasses do Exterior	(153.274)	(7.449)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(196.501)	(3.669)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(482.489)	(382.457)
Total	(901.103)	(455.839)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2014 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	936.350	928.134	684.297
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	938.278	953.025	710,502
Total				600.000	1.874.628	1.881.159	1.394.799
Saldo de Curto Prazo						943.848	9.277
Saldo de Longo Prazo						937.311	1.385.522

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2015	30.06.2014
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	88,43 CDI	174.277	181.567	26.704
Saldo de Curto Prazo			27.116	26.704
Saldo de Longo Prazo			154.451	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 366 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	55.054	30.005
Recebimentos de Tributos Federais	51.822	27.538
IOF a Recolher	2.346	1.780
Outros Tributos e Assemelhados	886	687
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	15.657	19.245
c) Sociais e Estatutárias	47.063	100.114
Dividendos e Bonificações a Pagar	38.306	77.497
Participações nos Lucros	8.757	22.617
d) Fiscais e Previdenciárias	327.462	344.752
Provisão para Riscos Fiscais	44.511	123.603
Impostos e Contribuições	2.243	87.430
Causas Fiscais	42.268	36.173
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	55.604	50.688
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.c)	6.740	15.437
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	4.373	5.922
Decorrentes de Créditos Recuperados (Nota 21.c)	44.491	29.329
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	160.918	112.839
Imposto de Renda ⁽¹⁾	98.641	69.610
Contribuição Social ⁽¹⁾	62.277	43.229
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	66.429	57.622
e) Negociação e Intermediação de Valores	101	91
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	10.524.468	9.468.483
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	9.584.380	8.885.234
Outros Valores	940.088	583.249
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.396.357	1.280.658
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	1.691.087	1.526.376
i) Diversas	4.388.299	3.728.838
Provisão para Passivos Contingentes	2.802.842	2.378.190
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iii)	237.757	208.470
Causas Cíveis (Nota 22.i.iv)	153.653	120.677
Outras Causas (Nota 22.i.v)	703	591
FNE (Nota 22.i.2.i)	2.388.678	2.016.363
Repasse	1.034	1.017
Risco Integral	122.202	105.347
Risco Compartilhado	2.265.442	1.909.999
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	1.089	523
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	2.913	2.128
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	18.049	29.438
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.397.893	1.066.847
Benefício Pós-Emprego	1.172.343	795.692
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 29.a.2)	315.367	95.279
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	805.055	700.413
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 29.a.2)	51.922	-
Despesa de Pessoal	180.108	226.965
Outros Valores	45.441	44.190
Outros Valores	187.564	283.801
Total	18.445.548	16.498.562
Saldo de Curto Prazo	4.791.109	4.237.969
Saldo de Longo Prazo	13.654.439	12.260.593

⁽¹⁾ Em 30.06.2015, inclui o valor complementar de R\$ 5.640 de IR e R\$ 3.471 de CSLL, referentes ao ajuste anual dos anos de 2010 a 2013, em face do recálculo da base Pasep/Cofins com inclusão de despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2015	30.06.2014
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	1.396.357	1.280.658
Saldo de Curto Prazo				42.369	38.859
Saldo de Longo Prazo				1.353.988	1.241.799

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.691.087	1.526.376
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	1.044.610	811.490
Recursos aplicados ⁽²⁾	646.477	714.886
Total (Nota 29.a.1)	1.691.087	1.526.376

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 30.06.2014), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 30.06.2015		
Acionistas	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00%
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98%
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.231.250	7,21%
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45%
Outros	2.026.881	2,36%
Total	86.371.464	100,00%

Composição em 30.06.2014		
Acionistas	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00%
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.219.768	34,99%
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.250.000	7,24%
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45%
Outros	2.005.281	2,32%
Total	86.371.464	100,00%

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 18.232 (R\$ 20.556 em 30.06.2014) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No 1º semestre houve transferência da reserva no valor de R\$ 1.162 (R\$ (438) em 30.06.2014) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – 1º semestre de 2015

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 35,01% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. Por conta dessa proposição, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe de R\$ 37.846, referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 15.319 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011.

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
1. Lucro Líquido do Semestre	158.128	326.012
2. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.162	(438)
3. Lucro Líquido Ajustado	159.290	325.574
4. Reserva Legal Constituída	(7.906)	(16.301)
5. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	151.384	309.273
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) propostos no semestre	53.165	74.957
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(162)	(225)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	53.003	74.732
9. Dividendos propostos no semestre	-	33.603
10. Valor bruto dos JCP e Dividendos (item 6 + item 9) – 35,12% (35,10% em 30.06.2014)	53.165	108.560
JCP de R\$ 0,615538945564 por ação ordinária (em 30.06.2014: JCP de R\$ 0,867844500123 por ação ordinária)	53.165	74.957
30.06.2015 não há constituição de Dividendos (em 30.06.2014: Dividendos de R\$ 0,389059719770 por ação ordinária)	-	33.603
11. Valor líquido dos JCP e Dividendos (item 8 + item 9) – 35,01% (35,03% em 30.06.2014)	53.003	108.335

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 20.947 (R\$ 29.533 em 30.06.2014).

d) Reserva Legal

No 1º semestre, foi constituída Reserva Legal no valor de R\$ 7.907, correspondente a 5% sobre o lucro líquido.

e) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária constituída no 1º semestre, no valor de R\$ 98.219, representa o saldo remanescente do lucro líquido ajustado após a constituição da Reserva Legal e o montante proposto para distribuição de JCP.

f) Dividendos e JCP do exercício de 2014

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31.03.2015, foi aprovada a distribuição de Dividendos e JCP, referentes ao exercício findo em 31.12.2014, de R\$ 533.030. Esse montante contempla R\$ 283.648 adicionado ao valor da provisão constituída para o exercício de 2014 e R\$ 40.463, transferido da conta Reservas Especiais de Lucros - Dividendos Adicionais Propostos, com vistas ao cumprimento da decisão da referida Assembleia.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.06.2015	01.01. a 30.06.2014
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.054.776	924.060
Administração de Fundos de Investimentos	14.350	11.730
Administração de Fundos e Programas	865.749	778.779
Prestação de Serviços	174.677	133.551
b) Rendas de Tarifas Bancárias	23.879	14.405
c) Despesas de Pessoal	(731.165)	(761.467)
Proventos	(433.378)	(493.836)
Encargos Sociais	(155.121)	(143.171)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(32.950)	(22.936)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(38.091)	(40.816)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(2.517)	-
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(69.108)	(60.708)
d) Outras Despesas Administrativas	(463.018)	(424.450)
Processamento de Dados	(73.236)	(75.797)
Propaganda e Publicidade	(10.986)	(13.013)
Serviços de Terceiros	(197.045)	(171.992)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(32.331)	(23.378)
Viagens	(5.866)	(7.487)
Comunicações	(14.362)	(13.293)
Depreciação e Amortização	(20.107)	(19.067)
Manutenção e Conservação de Bens	(18.003)	(18.445)
Vigilância, Segurança e Transporte	(34.710)	(26.720)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(5.461)	(2.578)
Serviços do Sistema Financeiro	(13.163)	(12.276)
Serviços Técnicos Especializados	(17.139)	(17.422)
Seguros	(1.305)	(2.190)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(10.213)	(12.153)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.389)	(1.155)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.412)	(2.171)
Outros Valores	(5.290)	(5.313)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(128.119)	(121.955)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(113.528)	(111.791)
ISS, IPTU e Contribuição de Melhoria	(13.432)	(9.182)
Outros Valores	(1.159)	(982)
f) Outras Receitas Operacionais	776.674	821.527
"Del credere" de Fundos Administrados	601.930	532.555
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	9.584	202.995
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Operações do FNE	40	284
Recuperação de Encargos e Despesas	7.617	3.309
Reversão de Provisões Operacionais	107.971	14.263
Juros e Comissões	2.235	885
Correção Monetária	551	1.999
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	21.400	39.658
Outros Valores	25.346	25.579
g) Outras Despesas Operacionais	(800.592)	(518.655)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(606)	(70)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(3.445)	(109.164)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(1)	(1)
Descontos Concedidos em Renegociações	(450)	(595)
Encargos de Operações de Crédito	(868)	(1.323)
Riscos Fiscais	(6.367)	(7.149)
Riscos com Operações do FNE	(513.804)	(196.452)
Riscos com Operações do FDNE	(24)	(8)
Causas Trabalhistas	(17.281)	(12.304)
Causas Cíveis	(22.609)	(20.575)
Outras Causas	(94)	(41)
Outros Passivos Contingentes	(926)	(3.170)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(127.060)	(89.446)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(53.932)	(35.332)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(31.866)	(35.063)
Outros Valores	(21.259)	(7.962)
Total	(267.565)	(66.535)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo

Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	99.140	504.805	99.140	504.805
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(33.225)	(48.830)	(33.225)	(48.830)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(53.165)	(74.957)	(53.165)	(74.957)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	12.750	381.018	12.750	381.018
Adições/Exclusões Permanentes	(11.245)	(20.818)	(11.108)	(20.818)
Adições/Exclusões Temporárias	390.394	(72.008)	390.394	(72.008)
Resultado Tributável	391.899	288.192	392.036	288.192
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(97.963)	(72.036)	(58.805)	(43.229)
Deduções (Incentivos Fiscais)	4.963	2.426	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	484	741	290	445
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(92.516)	(68.869)	(58.515)	(42.784)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(6.496)	(3.765)	(3.897)	(2.259)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(99.012)	(72.634)	(62.412)	(45.043)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	158.527	(7.674)	95.109	(4.612)
Total de IRPJ/CSLL	59.515	(80.308)	32.697	(49.655)
Alíquota Efetiva (%)	466,78	15,91	256,45	9,84
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	92.516	68.869	58.515	42.784
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	484	741	290	445
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	93.000	69.610	58.805	43.229
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte (Nota 10.d)	(68.852)	(78.652)	(32.602)	(36.518)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	24.148	(9.042)	26.203	6.711

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	30.06.2015		30.06.2014		30.06.2015	30.06.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	588.762	353.271	645.463	387.292	942.033	1.032.755
Constituição	302.116	181.277	157.096	94.264	483.393	251.360
Realização/Reversão	(145.747)	(87.462)	(165.209)	(99.138)	(233.209)	(264.347)
Saldo Final (Nota 10.e)	745.131	447.086	637.350	382.418	1.192.217	1.019.768
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	2.078	1.248	13	7	3.326	20
Constituição	7.857	4.713	2.089	1.253	12.570	3.342
Realização/Reversão	(7.921)	(4.753)	(2.102)	(1.260)	(12.674)	(3.362)
Saldo Final (Nota 7.c)	2.014	1.208	-	-	3.222	-
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	(590)	(354)	15.554	9.333	(944)	24.887
Constituição	44.879	26.928	9.185	5.511	71.807	14.696
Realização/Reversão	(42.656)	(25.594)	(8.734)	(5.241)	(68.250)	(13.975)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	1.633	980	16.005	9.603	2.613	25.608
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	112.325	67.396	131.001	78.601	179.721	209.602
Constituição	198.494	118.610	237.732	142.638	317.104	380.370
Realização/Reversão	(196.778)	(117.581)	(241.319)	(144.792)	(314.359)	(386.111)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	114.041	68.425	127.414	76.447	182.466	203.861

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
1. Total das Diferenças Temporárias	4.981.305	4.459.666	4.981.305	4.459.666
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.245.326	1.114.917	747.196	668.950
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	745.131	637.350	447.086	382.418
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	117.688	143.418	70.613	86.051
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	862.819	780.768	517.699	468.469
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	382.507	334.149	229.497	200.481

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.06.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	7,20	175.034	169.055	105.021	101.433	280.055	270.488
2016	12,24	146.239	125.841	87.743	75.504	233.982	201.345
2017	10,87	77.638	60.257	46.583	36.155	124.221	96.412
2018	10,20	53.521	37.694	32.113	22.617	85.634	60.311
2019	9,96	98.282	62.951	58.976	37.775	157.258	100.726
A partir de 2020	9,96	194.417	113.245	116.650	67.947	311.067	181.192
Total		745.131	569.043	447.086	341.431	1.192.217	910.474

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 30.06.2015.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	10.164	10.164	6.098	6.098	16.262	16.262
2016	8.130	8.130	4.879	4.879	13.009	13.009
2017	1.893	1.893	1.136	1.136	3.029	3.029
2018	11.542	11.542	6.925	6.925	18.467	18.467
2019	5.404	5.404	3.242	3.242	8.646	8.646
Acima de 2019	80.555	80.555	48.333	48.333	128.888	128.888
Total	117.688	117.688	70.613	70.613	188.301	188.301

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2015 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	185.198	179.219	111.119	107.531	296.317	286.750
2016	154.369	133.971	92.622	80.383	246.991	214.354
2017	79.531	62.150	47.719	37.291	127.250	99.441
2018	65.063	49.236	39.038	29.542	104.101	78.778
2019	103.686	68.355	62.218	41.017	165.904	109.372
Acima de 2019	274.972	193.801	164.983	116.280	439.955	310.081
Total	862.819	686.732	517.699	412.044	1.380.518	1.098.776

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.06.2015		30.06.2014		30.06.2015	30.06.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	1.573	944	5.399	3.237	2.517	8.636
Constituição	36.425	21.855	7.681	4.611	58.280	12.292
Realização/Reversão	(34.255)	(20.553)	(5.755)	(3.454)	(54.808)	(9.209)
Saldo Final (Nota 7.c)	3.743	2.246	7.325	4.394	5.989	11.719
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	3.217	1.930	4.134	2.482	5.147	6.616
Constituição	-	-	228	134	-	362
Realização/Reversão	(484)	(290)	(661)	(395)	(774)	(1.056)
Saldo Final	2.733	1.640	3.701	2.221	4.373	5.922
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	23.481	14.088	16.491	9.895	37.569	26.386
Constituição	4.325	2.597	2.294	1.376	6.922	3.670
Realização/Reversão	-	-	(454)	(273)	-	(727)
Saldo Final (Nota 16.d)	27.806	16.685	18.331	10.998	44.491	29.329
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	472	283	25.005	15.006	755	40.011
Constituição	12.111	7.268	19.446	11.664	19.379	31.110
Realização/Reversão	(12.114)	(7.269)	(42.127)	(25.276)	(19.383)	(67.403)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	469	282	2.324	1.394	751	3.718

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	61	36	97
2018	169	102	271
2019	3.976	2.386	6.362
Acima de 2020	6	4	10
Total	4.212	2.528	6.740

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	7,20	484	468	290	281	774	749
2016	12,24	968	833	581	500	1.549	1.333
2017	10,87	968	751	581	451	1.549	1.202
2018	10,20	313	220	188	132	501	352
Total		2.733	2.272	1.640	1.364	4.373	3.636

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ¹	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2015	7,20	2.587	2.499	1.552	1.498	4.139	3.997
2016	12,24	4.640	4.481	2.784	2.689	7.424	7.170
2017	10,87	3.673	3.547	2.204	2.128	5.877	5.675
2018	1,20	2.402	2.320	1.441	1.392	3.843	3.712
2019	9,96	1.719	1.659	1.031	996	2.750	2.655
Acima de 2020	9,96	12.785	12.349	7.673	7.410	20.458	19.759
Total		27.806	26.855	16.685	16.113	44.491	42.968

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 30.06.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2015	3.071	1.842	4.913
2016	5.669	3.401	9.070
2017	4.641	2.785	7.426
2018	2.884	1.730	4.614
2019	5.695	3.417	9.112
Acima de 2019	12.791	7.678	20.469
Total	34.751	20.853	55.604

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(113.528)	(111.791)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.432)	(9.182)
Outros Valores	(1.159)	(982)
Total (Nota 20)	(128.119)	(121.955)

e) Lei nº 12.973, de 13.05.2014

Em 13 de maio de 2014, foi convertida na Lei nº 12.973, a Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins a partir de 01.01.2015. Com base na análise da referida Lei, verificamos que a mesma não traz efeitos fiscais relevantes nas operações do Banco.

f) Medida Provisória nº 675, de 21.05.2015

Em 21 de maio de 2015, foi editada a Medida Provisória nº 675, que trata do aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, mediante alteração da Lei nº 7.689/1988, com prazo de vigência a partir de 1º de setembro de 2015. Os impactos decorrentes dessa alteração sobre os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos serão mensurados e divulgados nas Demonstrações Financeiras do Banco após a conversão da referida MP em Lei.

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução n.º 3.823, de 16.12.2009, do CMN, e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos

respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2015		30.06.2014	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Riscos Fiscais				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal⁽¹⁾	-	-	87.430	87.430
a.2) Causas Fiscais	1.522.470	41.960	1.264.149	35.910
i) Outras Obrigações-Diversas	1.522.470	41.960	1.264.149	35.910
Provável	41.960	41.960	35.910	35.910
Possível	1.135.928	-	972.189	-
Remota ⁽²⁾	344.582	-	256.050	-
b) Provisão para Passivos Contingentes				
b.1) Causas Trabalhistas	418.032	237.757	365.574	208.470
Provável (Nota 16.i)	237.757	237.757	208.470	208.470
Possível	90.513	-	79.480	-
Remota	89.762	-	77.624	-
b.2) Causas Cíveis	4.149.961	153.653	3.395.962	120.677
Provável (Nota 16.i)	153.653	153.653	120.677	120.677
Possível	895.825	-	696.176	-
Remota ⁽³⁾	3.100.483	-	2.579.109	-
b.3) Outras Causas	9.383	703	2.017	591
Provável (Nota 16.i)	703	703	591	591
Possível	8.358	-	1.420	-
Remota	322	-	6	-

⁽¹⁾ Houve reversão de provisão considerando o julgamento favorável ao Banco, ocorrido no processo judicial que tem por objeto a discussão sobre IRPJ ano-base 1999, cujo valor do passivo contingente, classificado com risco remoto, é de R\$ 91.677, posição em 30.06.2015, registrado em Outras Obrigações-Diversas.

⁽²⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 03 (três) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 304.464 (R\$ 190.346 em 30.06.2014).

⁽³⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de passivo contingente da ordem de R\$ 1.946.360 (R\$ 1.605.336 em 30.06.2014).

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e da contingência passiva é realizada, pela Superintendência Jurídica, na forma do item "b", retromencionado.
- e) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea "d", subitens a.2.i tem, como objeto de discussão os tributos municipais.
- f) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Três ações na esfera fiscal que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem na data base de 30.06.2015, R\$ 1.021.649. Na posição de 30.06.2014, as estimativas de perdas financeiras totalizavam R\$ 871.665.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.06.2015, R\$ 160.162. Na posição de 30.06.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 130.795.

Ação na esfera cível que visa indenização e lucro cessante. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.06.2015, R\$ 108.597. Na posição de 30.06.2014, não havia estimativa de perda financeira para este processo, uma vez que foi iniciado em 2015.

Ação na esfera cível que visa pagamento de honorários. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.06.2015, R\$ 62.394. Na posição de 30.06.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 50.953.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.06.2015, R\$ 44.681. Na posição de 30.06.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 36.710.

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de perda financeira perfaz na data base de 30.06.2015, R\$ 34.958. Na posição de 30.06.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 33.056.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de perda financeira, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.06.2015, R\$ 34.224. Na posição de 30.06.2014, inexistia processo da espécie.

- g) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as provisões e passivos contingentes, estão assim representados:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Demandas Trabalhistas	217.006	215.947
Demandas Fiscais	433.884	405.216
Demandas Cíveis	88.653	48.321
Total	739.543	669.484

- h) Em “Outros Passivos Contingentes”, na posição de 30.06.2015, registram-se os valores de: R\$ 4.121 (R\$ 11.319, em 30.06.2014), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 13.330 (R\$ 13.376, em 30.06.2014) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 598 (R\$ 3.636, em 30.06.2014) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito. Em 30.06.2015 não existe provisão para passivos contingentes de operações de crédito com recursos do FNE adicionais às registradas na data-base, por recomendação do Banco Central (R\$ 1.108 em 30.06.2014).

i) Movimentação das Provisões

i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	86.577	84.925
Constituição	4.143	4.249
Reversão/Utilização/Baixa	(90.720)	(1.744)
Saldo Final (Nota 16.d)	-	87.430
ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	36.525	32.867
Constituição	7.172	3.044
Reversão/Utilização/Baixa	(1.737)	(1)
Saldo Final (Nota 22.c)	41.960	35.910
iii) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	221.610	198.291
Constituição	22.497	14.959
Reversão/Utilização/Baixa	(6.350)	(4.780)
Saldo Final (Nota 16.i)	237.757	208.470
iv) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	138.045	105.499
Constituição	27.382	27.085
Reversão/Utilização/Baixa	(11.774)	(11.907)
Saldo Final (Nota 16.i)	153.653	120.677
v) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	608	663
Constituição	382	49
Reversão/Utilização/Baixa	(287)	(121)
Saldo Final (Nota 16.i)	703	591

i.2) Demais Provisões

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
i) FNE		
Saldo Inicial	2.062.717	2.022.091
Constituição	737.262	196.452
Reversão/Utilização/Baixa	(411.301)	(202.180)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.388.678	2.016.363
ii) FDNE		
Saldo Inicial	1.065	515
Constituição	24	8
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.i)	1.089	523
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.600	2.152
Constituição	319	162
Reversão/Utilização/Baixa	(6)	(186)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.913	2.128
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	28.603	33.685
Constituição	960	3.169
Reversão/Utilização/Baixa	(11.514)	(7.416)
Saldo Final (Nota 16.i)	18.049	29.438

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Máxima	33.290,13	30.744,54
Mínima	1.273,33	1.148,97
Média	8.315,10	7.837,63

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	544.491,20	400.042,63	32.848,32	23.912,91	30.834,66	23.912,91
Menor remuneração individual ⁽³⁾	400.215,95	323.917,96	26.498,86	23.912,91	25.171,17	23.912,91
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	529.921,99	386.630,59	27.317,28	23.229,10	28.470,65	23.772,16
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	6	6	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 62ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2015.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2015, o número de funcionários do Banco totalizava 7.114 (6.863 em 30.06.2014), registrando-se um acréscimo de 3,66% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no 1º semestre, corresponde a R\$ 7.906 (R\$ 22.006 em 30.06.2014), composta pelo equivalente a 5,00% do lucro líquido do semestre (6,75% em 30.06.2014) e 14,87% (20,27% em 30.06.2014) dos dividendos e juros sobre o capital próprio do semestre. Em março de 2015, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 25.319, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2014, que somados à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados no período corrente, no valor de R\$ 7.906, correspondem às despesas registradas no semestre, no valor total de R\$ 33.225 (R\$ 48.830 em 30.06.2014).

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Capped, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto, nos regulamentos dos planos de benefícios, nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2015, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2014, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

Em seu estatuto, a CAMED define seus órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da CAMED é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. Os representantes do patrocinador são escolhidos pelo presidente do Banco.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, em seu Estatuto e nos regulamentos internos.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém, para seus empregados e aposentados, seguro de vida em grupo para cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco de investimento	O valor presente dos passivos dos planos é calculado usando como taxa de desconto a NTN-B. Se a variação da taxa de retorno sobre os ativos dos planos não acompanhar a variação dessa taxa, poderá ocorrer um déficit.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
CV I/ Natural	Risco de evolução salarial	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando a projeção dos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, alterações não previstas nos salários dos participantes poderão impactar o passivo do plano.
CV I/ Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive o valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na posição de 30.06.2015, os planos administrados pela Capef e Camed, encontram-se registrados nas demonstrações financeiras do Banco na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.549.723 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.234.356, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 315.367. A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 2.884.725 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 664.998;
- ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 8.356 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 17.264, resultando em um superávit de R\$ 8.908, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 873.412 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 68.357, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 805.055. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 625.623 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 247.789.

b.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 51.922, inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 26.092 e relativa aos participantes ativos é de R\$ 25.830.

c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	(3.289.131)	(2.913.366)	(4.398)	(7.675)
2. Custo dos Juros	(190.826)	(171.981)	(264)	(473)
3. Custo do Serviço Corrente	(6.395)	(5.706)	(89)	(184)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	176.245	151.686	71	19
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(32.487)	(30.794)	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	5.457	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(207.129)	(137.173)	(3.676)	4.344
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(182.074)	(26.288)	(3.600)	3.356
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	1.300
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(25.055)	(110.885)	(76)	(312)
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(3.549.723)	(3.101.877)	(8.356)	(3.969)

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	(779.433)	(763.013)	(37.660)
2. Custo dos Juros	(45.270)	(45.087)	(2.103)
3. Custo do Serviço Corrente	(6.403)	(6.663)	(416)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	23.619	27.902	1.357
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(7.986)	(6.814)	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	8.379	6.006	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(66.318)	31.517	(13.100)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	4.245	68.829	(12.540)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(70.563)	(37.312)	(560)
8. Redução no plano	-	-	-
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(873.412)	(756.152)	(51.922)

⁽¹⁾ Seguro de Vida: valor reconhecido em "Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial"

⁽²⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	3.158.800	2.835.022	11.991	9.019
2. Receita de Juros	185.008	169.273	773	600
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	30.245	29.166	452	252
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	307	675	451	253
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	32.487	30.794	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	(5.457)	-	-
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(176.245)	(151.686)	(71)	(19)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽²⁾	3.754	98.744	3.668	1.035
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.234.356	3.006.531	17.264	11.140

⁽¹⁾ Capef - Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	68.831	40.696	-
2. Receita de Juros	4.228	2.520	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	19.451	17.445	1.357
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	9.340	8.414	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	7.986	6.814	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(8.379)	(6.006)	-
7. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(23.619)	(27.902)	(1.357)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	(9.481)	13.758	-
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	68.357	55.739	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros.

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Caped	
	Plano CV I	
	30.06.2015	30.06.2014
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Período	(7.593)	(1.344)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(509)	(127)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(806)	(5.700)
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Período	(8.908)	(7.171)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Caped			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(3.549.723)	(3.101.877)	(8.356)	(3.969)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.234.356	3.006.531	17.264	11.140
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(315.367)	(95.346)	8.908	7.171
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Período	-	-	(8.908)	(7.171)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i)	(315.367)	(95.346) ⁽¹⁾	-	-

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas para Junho/2014, no cálculo atuarial, Plano BD:01.01 a 30.06.2014: R\$ (67).

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(873.412)	(756.152)	(51.922)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	68.357	55.739	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(805.055)	(700.413)	(51.922)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i)	(805.055)	(700.413)	(51.922)

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Período

Especificação	Caped			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(6.088)	(5.031)	362	69
1.1. Custo do Serviço	(6.395)	(5.706)	(89)	(184)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	307	675	451	253
2. Juros Líquidos	(5.818)	(2.708)	-	-
2.1. Custo dos Juros	(190.826)	(171.981)	(264)	(473)
2.2. Receita de Juros	185.008	169.273	773	600
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(509)	(127)
3. Total (item 1 + item 2)	(11.906)⁽¹⁾	(7.739)⁽¹⁾	362	69⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, Plano BD: 01.01 a 30.06.2015: R\$ 1 e 01.01 a 30.06.2014: R\$ 1.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais"

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014	01.01 a 30.06.2015
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	2.937	1.751	(416)
1.1. Custo do Serviço	(6.403)	(6.663)	(416)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	9.340	8.414	-
2. Juros Líquidos	(41.042)	(42.567)	(2.103)
2.1. Custo dos Juros	(45.270)	(45.087)	(2.103)
2.2. Receita de Juros	4.228	2.520	-
3. Redução no Plano (registrada em Reversão de Provisões Operacionais)	-	-	-
4. Total (item 1 + item 2)	(38.105)	(40.816)	(2.519)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, Plano Natural: 01.01 a 30.06.2015: R\$ 14 e Seguro de Vida: R\$ 2.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(18.236)	(15.335)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco: 01.01 a 30.06.2015 - R\$ (137) e diferença de contribuições estimadas no período de 01.01 a 30.06.2015 – R\$ 147; e 01.01 a 30.06.2014 – R\$ (138).

No período de 01.01 a 30.06.2015, também foi contabilizado em despesas de benefícios pós-emprego, o valor referente às despesas administrativas do plano BD, no montante de R\$ (2.810). No exercício de 2014, o valor presente da obrigação englobava o custeio administrativo.

h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas por ajustes de experiência relativas ao plano BD, no 1º (primeiro) semestre de 2015, no valor de R\$ (182.074), são decorrentes dos aumentos dos benefícios dos assistidos que geraram um acréscimo de 10,58% na folha de benefícios. Com relação ao plano Natural, os ganhos por ajustes de experiência, no valor de R\$ 4.245, são decorrentes de ajustes na metodologia de cálculo das estimativas. No que diz respeito ao plano CV I, os ganhos por ajustes de experiência, no valor de R\$ 3.356, são oriundos de ajuste na metodologia de cálculo das estimativas, bem como do aumento de 8% na folha dos benefícios de risco. As perdas por ajustes de experiência, relativas ao seguro de vida em grupo, são decorrentes de ajustes na metodologia de cálculo das estimativas.

Em relação ao período de 30.06.2014, para os planos BD, Natural e CV I, os ganhos (perdas) atuariais decorrentes dos ajustes de experiência incluem os efeitos do Programa de Incentivo ao Desligamento, com prazo final de adesão em Dezembro/2014. Esses efeitos foram de R\$ (27.262) (plano BD), R\$ 35 (plano CV I) e R\$ (9.998) (plano Natural), respectivamente.

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, no 1º (primeiro) semestre de 2015, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2014, que passaram de 12,08% (Dezembro/2014) para 11,99% (Junho/2015), nos planos BD e Seguro de Vida, bem como de 12,09% (Dezembro/2014) para 11,97% (Junho/2015), no plano CV I. No que diz respeito ao plano Natural, as perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras são oriundas das alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2014, sendo de 12,08% (Dezembro/2014) para 11,99% (Junho/2015), e do aumento da inflação médica (HCCTR) em relação a 31.12.2014, sendo de 2,88% (Dezembro/2014) e 3,18% (Junho/2015), com os decréscimos previstos no subitem k.2 desta Nota.

Os ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas financeiras, no 1º (primeiro) semestre de 2014, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2013, que passaram de 12,33% (Dezembro/2013) para 11,87% (Junho/2014), nos planos BD e Natural, e de 12,36% (Dezembro/2013) para 11,89% (Junho/2014), no plano CV I.

O ganho relativo à alteração de premissa biométrica no plano CV I, no 1º (primeiro) semestre de 2014, refere-se à mudança de tábua de mortalidade de AT 2000 M Basic para RP 2000 Proj 2014 Unisex (70%M) (D20).

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	3.754	98.744	3.668	1.035
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre o Passivo	(207.129)	(137.173)	(3.676)	4.344
2.1. Ajustes de Experiência	(182.074)	(26.288)	(3.600)	3.356
2.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	1.300
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(25.055)	(110.885)	(76)	(312)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(806)	(5.700)
4. Total (item 1 + item 2 + item 3)	(203.375)⁽¹⁾	(38.429)	(814)	(321)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas para Dezembro/2014, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2014: R\$ 63.

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	(9.481)	13.758	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre o Passivo	(66.318)	31.517	(13.100)
2.1. Ajustes de Experiência	4.245	68.829	(12.540)
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	(70.563)	(37.312)	(560)
3. Total (item 1 + item 2)	(75.799)	45.275	(13.100)

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Período

Especificação	Capecf			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(130.331)	(78.344)	-	-
2. Contribuições do Empregador	30.245	29.166	452	252
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(11.906)	(7.739)	362	69
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(203.375)	(38.429)	(814)	(321)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período (Nota 16.i)	(315.367)	(95.346) ⁽¹⁾	-	-

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas para Junho/2014, no cálculo atuarial do plano BD:01.01 a 30.06.2014: R\$ (67).

Especificação	Camed		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(710.602)	(722.317)	(37.660)
2. Contribuições do Empregador	19.351	17.445	1.357
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(38.105)	(40.816)	(2.519)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(75.799)	45.275	(13.100)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 16.i)	(805.055)	(700.413)	(51.922)

j) Política de investimento e Alocação dos valores justos dos planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I são elaboradas anualmente, para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capecf e tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para a administração dos ativos, em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD, a ser alcançada em seus investimentos, é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,50% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Renda Fixa	85,75	83,64	93,51	90,30	56,78	26,66
Renda Variável	2,22	4,00	1,48	3,79	42,51	72,47
Investimentos Imobiliários	9,14	9,26	-	-	0,71	0,87
Investimentos Estruturados	0,23	0,28	2,11	3,73	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,64	2,80	2,90	2,18	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,23	0,22	-	-	56,78	26,66
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	1,35	1,25	-	-	0,71	0,87

k) Premissas utilizadas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capecf e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD, Natural e Seguro de Vida, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed) e Seguro de Vida	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed)
	30.06.2015	30.06.2014
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%
Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	30.06.2015	30.06.2014
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos ⁽¹⁾	Experiência do IAPC-Fraca	Experiência do IAPC-Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original; e

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015	30.06.2014
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,99	11,87	11,97	11,89
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,15	6,04	6,13	6,05
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	6,56	6,56	5,50	5,50
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	5,50	5,50	5,50	5,50

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida
	Plano Natural		
	30.06.2015	30.06.2014	30.06.2015
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,99	11,87	11,99
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	6,15	6,04	6,15
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	6,56	5,50	6,56
Taxa nominal de aumento médio dos benefícios	8,85 ⁽²⁾	5,64	5,50
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	2,91	3,41	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	3,18 ⁽²⁾	0,13	Não se aplica

⁽¹⁾ Plano Natural: 30.06.2015 - a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Na posição de 30.06.2015, para o plano Natural, foi calculada a taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 6 (seis) anos. A taxa encontrada foi de 3,18%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 10 anos, a partir de 2015, permanecendo a partir do 11º (décimo primeiro ano) em 1% a.a.

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da "duration" dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012. A "duration" apurada para os planos Capef BD e Camed Natural é de 13,91 anos (30.06.2015) e 13,75 anos (30.06.2014), para o plano Capef CV I é de 24,37 anos (30.06.2015) e 23,92 anos (30.06.2014) e para o Seguro de Vida é de 12,65 anos (30.06.2015).

l) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o incremento ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, o aumento ou redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como a taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 30.06.2015.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.549.723)	(3.467.576)	(3.630.201)	(3.476.269)	(3.626.072)
Valor Justo dos Ativos	3.234.356	3.234.356	3.234.356	3.234.356	3.234.356
Superávit (Déficit) Técnico	(315.367)	(233.220)	(395.845)	(241.913)	(391.716)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,3)	2,3	(2,1)	2,2
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(26,0)	25,5	(23,3)	24,2

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(8.356)	(8.731)	(8.027)	(8.200)	(8.519)
Valor Justo dos Ativos	17.264	17.264	17.264	17.264	17.264
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	8.908	8.533	9.237	9.064	8.745
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		4,5	(3,9)	(1,9)	1,9
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(4,2)	3,7	1,7	(1,8)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	30.06.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(873.412)	(832.024)	(915.497)	(910.616)	(838.106)	(844.296)	(904.190)
Valor Justo dos Ativos	68.357	68.357	68.357	68.357	68.357	68.357	68.357
Superávit (Déficit) Técnico	(805.055)	(763.667)	(847.140)	(842.259)	(769.749)	(775.939)	(835.833)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,7)	4,8	4,3	(4,0)	(3,3)	3,5
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(5,1)	5,2	4,6	(4,4)	(3,6)	3,8

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(51.922)	(50.637)	(53.177)	(50.361)	(53.570)
Superávit (Déficit) Técnico	(51.922)	(50.637)	(53.177)	(50.361)	(53.570)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,5)	2,4	(3,0)	3,2
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(2,5)	2,4	(3,0)	3,2

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o ano de 2015

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	34.736	659	19.741	1.354
2. Despesas Administrativas	-	-	7.683	-
3. Contribuições de Empregados	279	659	9.742	-
4. Contribuições de Assistidos	34.457	-	9.999	-
5. Benefícios Esperados	326.483	67	62.912	5.695

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural	
Até 1 ano	313.023	1.134	27.815	3.124
De 1 ano até 2 anos	622.432	1.052	31.066	3.184
De 2 anos até 5 anos	915.329	2.680	99.289	9.954
Acima de 5 anos	5.021.582	11.462	1.734.393	131.843
Total	6.872.366	16.328	1.892.563	148.105

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

⁽²⁾ Inclusive os benefícios programados, com características de plano de contribuição definida.

n) Estimativa de despesas para o 2º (segundo) semestre de 2015

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(6.116)	569	3.338	(416)
2. Juros Líquidos	(5.818)	-	(41.042)	(2.103)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(11.934)	569	(37.704)	(2.519)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 56.878.253 (R\$ 50.714.756 em 30.06.2014) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 9.576.462 (R\$ 8.878.114 em 30.06.2014), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 462.115 (R\$ 375.391 em 30.06.2014).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2015	Provisão em 30.06.2014
AA	9.079.325	-	-
A	11.600.415	29.121	31.905
B	9.761.175	49.096	40.405
C	1.715.440	25.610	14.524
D	1.232.685	61.662	44.598
E	520.496	80.021	84.072
F	401.391	101.021	99.309
G	222.367	77.920	104.085
H	3.872.352	1.964.227	1.597.465
Total	38.405.646	2.388.678	2.016.363

- d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 598.517 (R\$ 529.900 em 30.06.2014).
- e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 704.183 (R\$ 653.652 em 30.06.2014).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.06.2015	30.06.2014
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	016/2006	-	4
Proger-Urbano Investimento	017/2006	9.651	19.458
FAT - Infraestrutura	018/2006	209.547	233.472
Proger-Rural - Investimento	002/2007	-	158
Protrabalho Investimento	004/2007	174.368	168.992
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	151.939	145.324
Total		545.505	567.408

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 375.423(R\$ 471.086 em 30.06.2014) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 32.361 (R\$ 60.656 em 30.06.2014).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e

- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2015		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	14.311	497	3.938	21.406	25.344
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	49.918	2.895	26.803	117.837	144.640
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	22.281	51	492	83.028	83.520
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	33.341	850	1.128	120.791	121.919
Total (Nota 13.b)			119.851	4.293	32.361	343.062	375.423

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2014		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	6.590	167	-	-	-
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	25.081	860	4.422	33.329	37.751
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	49.436	2.364	27.398	157.067	184.465
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	26.762	278	1.425	99.580	101.005
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	39.838	1.805	27.411	120.454	147.865
Total (Nota 13.b)			147.707	5.474	60.656	410.430	471.086

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e encaminha para deliberação da Diretoria Executiva as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Sobre o Banco.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2015 a 2017, que foi aprovado pelo Conselho de Administração

em 12.12.2014. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, através da Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Sobre o Banco.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.06.2015	30.06.2014
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	34.363.549	30.655.847
Público	1.504.885	1.323.164
Privado	32.858.664	29.332.683
Comércio	4.010.250	3.444.731
Comércio Exterior	1.013.236	587.159
Habitação	242	242
Indústria	9.618.623	8.666.532
Infraestrutura	3.248.289	3.380.073
Intermediários Financeiros	-	2.098
Microfinança Urbana	2.830.414	2.378.400
Pessoas Físicas	223.070	208.112
Rural	6.885.149	6.537.732
Outros Serviços	5.029.391	4.127.604
Operações de Mercado	27.329.575	24.593.325
Títulos Públicos Federais	23.259.253	20.928.427
Operações Compromissadas	13.096.312	11.978.408
Outras	10.162.941	8.950.019
Depósitos Interfinanceiros	91.096	115.787
Outros Títulos e Valores Mobiliários	2.094.132	2.152.515
Outras Operações	1.885.094	1.396.596
Demais Ativos	3.377.003	3.414.129
Total	65.070.127	58.663.301

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.211.666 (R\$ 4.624.537 em 30.06.2014). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.212.553 (R\$ 3.608.724 em 30.06.2014). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2015 (%)	30.06.2014 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	366,26	335,62
	Média dos últimos 12 meses	357,37	343,11
	Máximo dos últimos 12 meses	429,24	399,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	296,56	273,40

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.865.618	7.836.546	(19.072)	7.818.072	(37.545)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(145.401)	(140.798)	4.603	(155.903)	(10.501)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	2.286	2.279	(8)	2.271	(15)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	646.874	610.720	(36.154)	577.921	(68.953)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(16.370)	(18.411)	(2.041)	(19.929)	(3.559)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	311.300	251.909	(59.391)	205.722	(105.578)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.039.481)	(2.064.569)	(25.088)	(2.083.014)	(43.533)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	5.102.284	4.928.831	(173.452)	4.778.786	(323.498)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.910.915	1.874.650	1.840.203
		Passivo em ME	(1.932.116)	(1.902.553)	(1.874.387)
		Exposição Líquida	(21.201)	(27.903)	(34.184)

Na data-base de 30.06.2015, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Hedge Cambial e Respetivos Títulos

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de perda efetiva, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações em todos os processos, tendo como

referência maior as resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizados metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos e processos de identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e controles em processos – RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de se obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 72.343 (R\$ 75.131 em 30.06.2014 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014	Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidades	31.550	1.479	Depósitos	5.858	12.478
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	26.422	Relações Interdependências	3.957	2.438
Operações de Crédito	881.538	712.185	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	85.219	66.197
Outros Créditos	1.181.390	614.862	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.804.974	2.144.024
			Outras Obrigações	1.146.277	598.189
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	2.094.478	1.354.948	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	4.046.285	2.823.326
Operações de <i>Swap</i>	1.879.464	1.393.247	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.973.942	2.748.195	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	4.046.285	2.823.326

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O Bacen divulgou, a partir de março de 2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro de 2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- i. nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- ii. apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- iii. revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- i. 4,5% para o Capital Principal que é composto principalmente pelo Capital Social, por ações, quotas, reservas e lucros retidos e instrumentos de dívida que atendam as exigências constantes do artigo 16 da Resolução nº. 4.192, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- ii. 6% para o Nível I (até dezembro de 2014 era de 5,5%) que consiste na soma do Capital Principal e do Capital Complementar, sendo este composto de instrumentos de dívida que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 17 da Resolução nº 4.192; e
- iii. 8% para o total do PR que é o somatório do PR Nível I e Nível II formado, basicamente, por instrumentos de dívida que estejam em consonância com o disposto no artigo 20 da Resolução nº. 4.192.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o Bacen determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o contexto macroeconômico.

Em 30.06.2015, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 13,95% (15,94% em 30.06.2014) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 7,64% (9,28% em 30.06.2014). O PR apurado foi de R\$ 5.294.087 (R\$ 5.617.099 em 30.06.2014), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.813.862 (R\$ 3.181.608 em 30.06.2014), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 36.832.758 (R\$ 34.275.290 em 30.06.2014).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Patrimônio de Referência (PR)	5.294.087	5.617.099
. Nível I	2.813.862	3.181.608
. Capital Principal	2.813.862	3.181.608
. Nível II	2.480.225	2.435.491
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	36.832.758	34.275.290
. Parcela RWACPAD	30.701.528	28.711.054
. Parcela RWACAM	378.887	285.458
. Parcela RWAJUR	70.391	65.173
. Parcela RWACOM	2.891	2.882
. Parcela RWAOPAD	5.679.061	5.210.723
Valor do RBAN	1.112.328	962.878
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.242.484	1.846.817
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN]* 11%)}	1.120.128	1.740.901
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,64%	9,28%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 5,5%)	7,64%	9,28%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	14,37%	16,39%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	13,95%	15,94%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.294.087	5.617.099
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	2.813.862	3.181.608
Capital Principal	2.813.862	3.181.608
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	485.245	397.013
Reservas de Capital e de Reavaliação	18.232	20.556
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(480.769)	(47.347)
Ajustes Prudenciais	(52.846)	(32.614)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(3.446)	(1.361)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(73)	(287)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(49.327)	(30.966)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.480.225	2.435.491
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.532.761	2.488.290
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.536)	(52.799)

Os Instrumentos de Dívida Subordinada contratados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, do CMN, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, continuarão elegíveis até sua amortização, não estando, pois, sujeitos aos limitadores relacionados no artigo 28 da citada Resolução.

Quanto ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, a autorização para a continuidade da utilização integral do valor contratado, desta feita na condição de Capital Complementar, será requerida ao Bacen após a assinatura de aditivo, cujas bases estão sendo negociadas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Enquanto isso, o valor registrado no PR de Nível II está sujeito às condições e aos limitadores definidos no artigo 28 da citada Resolução nº 4.192, do CMN, de 01.03.2013.

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.294.087	5.617.099
Limite para Imobilização	2.647.044	2.808.550
Situação	225.388	211.000
Margem	2.421.656	2.597.550
Índice de imobilização	4,26%	3,76%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	436.194	387.913
Total	436.194	387.913

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	375.423	471.086
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.691.912	1.673.048
Tesouro Nacional	605	657
BNDES	1.537.046	1.498.698
Finame	154.261	173.693
Outras Obrigações	12.671.824	11.692.268
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	9.584.380	8.885.234
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.396.357	1.280.658
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.691.087	1.526.376
Total	14.739.159	13.836.402

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Passivos	1.172.343	795.692
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.i)	315.367	95.279
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.i)	805.055	700.413
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Nota 16.i)	51.921	-
Total	1.172.343	795.692

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Honorários	1.838	1.729
Diretoria	1.566	1.463
Conselho de Administração	133	139
Conselho Fiscal	139	127
Outros	638	667
Participação no Lucro	1.284	807
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.760	3.203
Benefícios Pós-Emprego	162	127
Total	3.922	3.330

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2014
Lucro Líquido	158.128	326.012
Outros Resultados Abrangentes	(296.111)	(39.740)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(6.871)	(76.377)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	2.748	30.551
Realização da Reserva de Reavaliação	1.937	748
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(775)	(1.186)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(293.150)	6.524
Resultado Abrangente	(137.983)	286.272

NOTA 31 - Outras Informações**a) Garantias Prestadas**

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Créditos Abertos para Importação	143.045	114.510
Créditos Exportação Confirmados	58.500	58.500
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	450	10.450
- FNE	19.425.397	17.111.898
- FDNE	108.926	85.540
Coobrigações em Cessões de Crédito	22.659	22.617

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 5 de agosto de 2015.

Fortaleza, 5 de agosto de 2015.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria, inclui também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de agosto de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao primeiro semestre de 2015, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Brasília (DF), 5 de agosto de 2015.

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 2015/01

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado estatutário instituído na forma da Resolução CMN 3198/2004, normativo que estabelece suas competências, funções e responsabilidades. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB estão disponíveis na *internet* em www.bnb.gov.br, na área “Sobre o Banco – Relação com os Acionistas”.

O Colegiado realizou 18 reuniões presenciais no semestre, totalizando 30 dias úteis de trabalho conjunto, além de jornadas extraordinárias individuais. No período, desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração envolvendo a avaliação do sistema de controles internos e o acompanhamento da implementação de ações de melhoria dos processos corporativos e de correção de falhas isoladas.

Ao emitir o relatório semestral o Comitê de Auditoria considerou, em conformidade com as normas aplicáveis, que compete à Auditoria Externa avaliar a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão, sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela Diretoria Executiva do Banco e à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente da Diretoria e dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN 3198/2004, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) O sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos, permitindo a adoção de ações corretivas pela Administração. As fragilidades detectadas nos processos corporativos e as falhas pontuais nas operações não têm afetado significativamente a saúde financeira do Banco. Não obstante, as ações administrativas de correção de deficiências devem ser tempestivas a fim de evitar consequências negativas, sejam elas econômico-financeiras ou não. Persiste a necessidade inadiável de aperfeiçoamento do processo de seleção interna, provimento e capacitação de pessoal, da revisão e otimização de processos corporativos e de investimento robusto, continuado e consistente em soluções de tecnologia da informação de suporte aos negócios, a fim de se garantir o crescimento contínuo e saudável da Instituição;
- b) A Auditoria Interna concentrou esforços na realização de trabalhos relevantes durante o período, assim entendidos aqueles previstos no Plano Anual de Atividades, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União, ou decorrentes de eventos não previstos e inadiáveis, e na condução de processos disciplinares. Entretanto, permanecem deficiências de padronização de procedimentos, de supervisão das atividades e de pessoal que prejudicam a qualidade dos trabalhos e acarretam o não cumprimento no prazo de grande parte das atividades programadas e demora na condução de averiguações importantes;
- c) Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação da Ernst & Young Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria contratados; e
- d) A elaboração das Demonstrações Contábeis ocorreu em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza, 05 de agosto de 2015

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

POSIÇÃO: 30.06.2015

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		30.06.2015	30.06.2014			30.06.2015	30.06.2014
CIRCULANTE		19.250.971	16.843.158	CIRCULANTE		28	45
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	3.351.167	2.915.522	Obrigações Diversas.....		28	45
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....		6.225.296	5.962.592	Provisões para Pagamentos a Efetuar.....		28	45
CRÉDITOS VINCULADOS		3.020	4.732				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		3.020	4.732	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 4.c)	56.878.253	50.714.756
DEVEDORES POR REPASSES.....		58.269	73.861	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:			
Devedores por Repasses-Outras Instituições		58.269	73.861	No Semestre.....		3.520.916	3.268.259
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	9.605.095	7.879.194	Em Exercícios Anteriores.....		54.813.281	48.734.497
Financiamentos.....		4.181.384	3.288.295	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....		(1.348.746)	(1.093.628)
Financiamentos a Exportação.....		66.588	51.127	RESULTADO DO SEMESTRE.....		(107.198)	(194.372)
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		527.840	542.751				
Financiamentos Agroindustriais.....		271.266	249.027				
Financiamentos Rurais.....		5.240.225	4.499.047				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(682.208)	(751.053)				
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.7)	7.918	7.120				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		7.918	7.120				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	206	137				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		235	219				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(33)	(86)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		37.627.310	33.871.643				
CRÉDITOS VINCULADOS		4.076	2.148				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		4.076	2.148				
DEVEDORES POR REPASSES.....		1.839.188	1.662.624				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	1.691.087	1.526.376				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		148.101	136.248				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	35.783.136	32.205.882				
Financiamentos.....		17.757.397	14.125.120				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		4.281.047	4.626.285				
Financiamentos Agroindustriais.....		684.995	851.725				
Financiamentos Rurais.....		13.059.697	12.602.752				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	910	989				
Títulos da Dívida Agrária.....		1.172	1.450				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(263)	(461)				
TOTAL DO ATIVO		56.878.281	50.714.801	TOTAL DO PASSIVO		56.878.281	50.714.801

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014 (Valores em R\$ Mil)			
		1º Sem 2015	1º Sem 2014
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 6.i)	649.814	522.157
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	462.115	375.391
De Reversão de Provisões Operacionais.....		5	46
DESPESAS			
De Administração.....	(Nota 4.a.8)	(704.183)	(653.652)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(151.723)	(115.767)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos		(363.191)	(322.502)
De Auditoria.....		(35)	(45)
PREJUÍZO NO SEMESTRE		(107.198)	(194.372)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014 (Valores em R\$ Mil)				
EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2013.....		48.734.497	(1.091.905)	47.642.592
Transferências da União no Semestre.....	(Nota 7)	3.268.259	-	3.268.259
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(1.723)	(1.723)
Prejuízo do Semestre.....		-	(194.372)	(194.372)
SALDOS EM 30.06.2014.....		52.002.756	(1.288.000)	50.714.756
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		3.268.259	(196.095)	3.072.164
SALDOS EM 31.12.2014.....		54.813.281	(1.334.467)	53.478.814
Transferências da União no Semestre.....		3.520.916	-	3.520.916
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(14.279)	(14.279)
Prejuízo do Semestre.....		-	(107.198)	(107.198)
SALDOS EM 30.06.2015.....		58.334.197	(1.455.944)	56.878.253
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		3.520.916	(121.477)	3.399.439

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2015	30.06.2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do Semestre.....	(107.198)	(194.372)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	363.150	322.502
Reversões de Provisões Operacionais.....	(5)	(46)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	(23)	18
Lucro do Semestre Ajustado.....	255.924	128.102
Créditos Vinculados.....	(19)	(524)
Devedores por Repasses.....	(78.507)	(68.688)
Operações de Crédito.....	(1.898.461)	(1.356.194)
Outros Créditos.....	3	(20)
Outros Valores e Bens.....	181	205
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(14.279)	(1.723)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(1.735.158)	(1.298.842)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União.....	3.520.916	3.268.259
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	3.520.916	3.268.259
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.785.758	1.969.417
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Semestre.....	7.790.705	6.908.697
No fim do Semestre.....	9.576.463	8.878.114
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.785.758	1.969.417

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 5 – Fiscalização	

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea "c"), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pelas Leis Complementares nºs 125, de 03.01.2007 e 129, de 08.01.2009, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999, 10.177, de 12.01.2001, 11.011, de 20.12.2004, 11.524, de 24.09.2007, 11.945, de 04.06.2009, 12.249, de 11.06.2010, 12.716, de 21.09.2012, 12.793, de 02.04.2013, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) Por meio da Resolução nº 4.395, de 30.12.2014, o Conselho Monetário Nacional definiu os encargos financeiros para as operações realizadas com recursos do FNE no período de 01 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015, a taxas que variam de 4,71% a 8,83% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Para os demais setores, fixou taxas que variam de 8,24% a 14,71% a.a., de acordo com a finalidade do crédito e a receita bruta anual do empreendimento financiado. O bônus de adimplência foi fixado em 15% a.a., sobre os encargos financeiros, para as parcelas das dívidas pagas até os respectivos vencimentos. Esses encargos financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo

8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

A Resolução nº 4.423, de 25.06.2015, do Conselho Monetário Nacional alterou os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, que passaram a variar de 7,65% a 12,35% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Para os demais setores, permanecendo inalteradas as taxas de encargos para os demais setores definidas na Resolução nº 4.395, de 30.12.2014.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em Lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do Fundo, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em Lei serão concedidos bônus de adimplência de 15% (quinze por cento), desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
 - para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a; e
 - nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.
- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.
- A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupo A/Agroamigo, B,

A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- b.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidades	3.351.167	2.915.522
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	6.225.296	5.962.592
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.576.463	8.878.114

- b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
- b.3)** A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.
- b.4)** A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecet – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.
- b.5)** A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.
- b.6)** A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Artigo 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.147, de 25.10.2012.
- b.7)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

b.8) Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decenalmente;
- retornos e resultados operacionais; e
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	30.06.2015			30.06.2014		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	21.398.690	540.091	21.938.781	17.043.842	369.573	17.413.415
Financiamentos à Exportação	60.179	6.409	66.588	46.999	4.128	51.127
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.808.887	-	4.808.887	5.169.036	-	5.169.036
Financiamentos Agroindustriais	877.800	78.461	956.261	1.051.495	49.257	1.100.752
Financiamentos Rurais	17.482.670	817.252	18.299.922	16.217.189	884.610	17.101.799
Subtotal	44.628.226	1.442.213	46.070.439	39.528.561	1.307.568	40.836.129
Repasses ao BNB	1.691.087	-	1.691.087	1.526.376	-	1.526.376
Repasses a Outras Instituições	206.371	-	206.371	210.109	-	210.109
Total da Carteira	46.525.683	1.442.213	47.967.896	41.265.046	1.307.568	42.572.614
Provisão	(318.295)	(363.913)	(682.208)	(404.704)	(346.349)	(751.053)
Total Líquido ⁽¹⁾	46.207.388	1.078.300	47.285.688	40.860.342	961.219	41.821.561

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30.06.2015			30.06.2014		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	8.438	-	8.438	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	1.517	-	1.517	1.409	-	1.409
Financiamentos Rurais	269.160	10.940	280.100	254.142	8.953	263.095
Subtotal	279.115	10.940	290.055	255.551	8.953	264.504
Repasses ao BNB	1.691.087	-	1.691.087	1.526.376	-	1.526.376
Repasses a Outras Instituições	155.125	-	155.125	157.119	-	157.119
Total da Carteira	2.125.327	10.940	2.136.267	1.939.046	8.953	1.947.999
Total Líquido ⁽¹⁾	2.125.327	10.940	2.136.267	1.939.046	8.953	1.947.999

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30.06.2015			30.06.2014		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	21.334.536	531.696	21.866.232	16.977.411	358.075	17.335.486
Financiamentos à Exportação	60.179	6.409	66.588	46.999	4.128	51.127
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.808.887	-	4.808.887	5.169.036	-	5.169.036
Financiamentos Agroindustriais	810.635	72.609	883.244	980.302	41.953	1.022.255
Financiamentos Rurais	9.911.420	424.063	10.335.483	9.399.060	403.586	9.802.646
Subtotal	36.925.657	1.034.777	37.960.434	32.572.808	807.742	33.380.550
Total da Carteira	36.925.657	1.034.777	37.960.434	32.572.808	807.742	33.380.550
Provisão	(44.824)	(212.851)	(257.675)	(57.801)	(180.359)	(238.160)
Total Líquido ⁽¹⁾	36.880.833	821.926	37.702.759	32.515.007	627.383	33.142.390

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30.06.2015			30.06.2014		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	55.716	8.373	64.089	66.431	9.556	75.987
Financiamentos Agroindustriais	65.648	5.852	71.500	69.385	7.077	76.462
Financiamentos Rurais	7.270.168	334.326	7.604.494	6.466.855	366.750	6.833.605
Subtotal	7.391.532	348.551	7.740.083	6.602.671	383.383	6.986.054
Repasse a Outras Instituições	51.245	-	51.245	52.990	-	52.990
Total da Carteira	7.442.777	348.551	7.791.328	6.655.661	383.383	7.039.044
Provisão	(273.471)	(151.062)	(424.533)	(346.903)	(165.990)	(512.893)
Total Líquido ⁽¹⁾	7.169.306	197.489	7.366.795	6.308.758	217.393	6.526.151

a.5) Carteira com Risco Integral do Procera

Financiamentos	30.06.2015			30.06.2014		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	22	22	-	1.942	1.942
Financiamentos Agroindustriais	-	-	-	399	227	626
Financiamentos Rurais	31.922	47.923	79.845	97.132	105.321	202.453
Subtotal	31.922	47.945	79.867	97.531	107.490	205.021
Total da Carteira	31.922	47.945	79.867	97.531	107.490	205.021
Total Líquido ⁽¹⁾	31.922	47.945	79.867	97.531	107.490	205.021

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procera/Programa da Terra:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco é atribuído integralmente ao Procera. No entanto, em face do disposto no Art. 8º da Lei nº 13.001, de 20.06.2014, que autorizou a remissão de operações com saldo até R\$ 10 mil e a concessão de rebates e bônus de adimplência para liquidação daquelas com saldo superior a R\$ 10 mil, atribuindo ao FNE os custos resultantes dessas medidas sobre as operações a ele vinculadas, e, tendo em vista o prazo até 31.08.2015 para a liquidação das operações com os rebates autorizados, estipulado na Resolução nº 4.365, de 28.08.2014, que regulamentou a referida Lei, o risco

dessas operações no âmbito do FNE será transferido integralmente para o Fundo após a conclusão do referido prazo; e

- nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.
- b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:**
- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do Procerá;
 - nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
 - nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
 - nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
 - nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
 - nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
 - nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco.
- c) De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no semestre é demonstrada no quadro a seguir:**

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	661.711	797.207
. Risco Integral do FNE	425.993	534.646
. Risco Compartilhado	235.718	262.561
(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre	363.145	322.451
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	363.145	322.451
. Risco Integral do FNE	155.932	147.405
. Provisão por Atraso/Renegociações	159.964	152.868
. Ajustes de Provisão por Deságio	(4.032)	(5.463)
. Risco Compartilhado	207.213	175.046
. Provisão por Atraso/Renegociações	210.778	177.366
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(2.565)	(2.320)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	342.648	368.605
. Risco Integral do FNE	157.392	169.158
. Risco Compartilhado	185.256	199.447
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	682.208	751.053
. Risco Integral do FNE	424.533	512.893
. Risco Compartilhado	257.675	238.160

- d) Considerando que é de responsabilidade do Procerá o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.**
- e) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:**
- e.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do semestre estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “c” desta Nota; e**
 - e.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No semestre foi registrada uma redução de provisão no valor**

de R\$ 15.482 (redução de R\$ 31.716 em 30.06.2014), sendo R\$ 13.341 (redução de R\$ 29.308 em 30.06.2014) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.141 (redução de R\$ 2.408 em 30.06.2014) às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 6.106 (redução de R\$ 14.115 em 30.06.2014) resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 5.742 (redução de R\$ 12.927 em 30.06.2014) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 364 (redução de R\$ 1.188 em 30.06.2014) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.

- f) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- f.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- f.2) para as operações do FNE renegociadas, foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 6.526 (R\$ 11.834, em 30.06.2014) sendo R\$ 5.049 (R\$ 8.487 em 30.06.2014) referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 1.477 (R\$ 3.347 em 30.06.2014) às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 2.049 (R\$ 5.277 em 30.06.2014) decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 1.780 (R\$ 4.310 em 30.06.2014) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 269 (R\$ 967 em 30.06.2014) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- g) Em 30.06.2015, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 15.704 (R\$ 19.340 em 30.06.2014), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- h) As renegociações formalizadas no período, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, reduziram o resultado do Fundo em R\$ 18.426 (redução de R\$ 33.534 em 30.06.2014). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	19.733	33.633
Despesas - Bônus e Dispensas	(68.081)	(122.815)
Efeito Líquido em Provisões	29.922	55.648
Total	(18.426)	(33.534)

- i) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Rendas de Operações de Crédito	1.658.099	1.472.294
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(598.517)	(529.900)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(1.766)	(1.761)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(911)	(8.879)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(36.834)	(108.803)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(358.609)	(284.738)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(5.251)	(5.687)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(946)	(1.299)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	-	(1)

Ops. FNE Honradas p/BNB – Rebate/Recálculo Res. 4.298/4.299	(8)	(50)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei nº 11.322, de 13.07.2006	-	(91)
Despesas com Outras Operações BNB – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	-	-
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Lei nº 12.249/12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(1.294)	(1.379)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	-	(6)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei nº 12.249/12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(4.149)	(7.543)
Baixa de Valores Contábeis Excedentes sobre Recebimento de Bens	-	-
Total	649.814	522.157

j) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- j.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- j.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea j.1 precedente.
- j.3)** No semestre, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 187.803 (R\$ 201.897 no primeiro semestre de 2014), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

k) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

- k.1)** renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;
- k.2)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- k.3)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecir – Fase III;
- k.4)** reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;
- k.5)** reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT; e
- k.6)** reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No semestre, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 592 (R\$ 284 no primeiro semestre de 2014), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Artigo 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	27	269
Artigo 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	13	15
Res. 2.471	552	-
Total	592	284

Ainda ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, no montante de R\$ 3.675 (R\$ 1.008 no primeiro semestre de 2014), conforme a seguir discriminado:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Artigo 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos de Outras Fontes/FNE)	3.483	754
Artigo 31 (Operações do FAT)	193	254
Total	3.675	1.008

NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 30.06.2015, de R\$ 14.279 (negativo em R\$ 1.723 em 30.06.2014), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	30.06.2015	30.06.2014
Recursos Disponíveis	1.044.610	811.490
Recursos Aplicados	646.477	714.886
Total	1.691.087	1.526.376

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 9 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 5 de agosto de 2015.

A Diretoria

Obs: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 5 de agosto de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador 1SP184050/O-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Ariosto Antunes Culau (Presidente) – Arnaldo Barbosa de Lima Junior – Claudia Aparecida de Souza Trindade – Fabrício Da Soller – Marcos Costa Holanda – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Isaias Matos Dantas (Diretor de Administração e Tecnologia da Informação e Diretor de Negócios, em exercício) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: André Proite (Presidente) – Maria Teresa Pereira Lima – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Raimundo Lourival de Lima

COMITÊ DE AUDITORIA: Otho Cezar Miranda de Carvalho (Presidente) – Roberto Meira de Almeida Barreto (Membro Titular) – Manoel das Neves (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Suplente)

SUPERINTENDENTE: José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – CRC-CE 016318/O-7
